

DIGITAL

FFB

São Paulo | junho de 2023 | nº 6268

ATENÇÃO SINDICALIZADOS

# ASSEMBLEIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS É DIA 29



Sócios do Sindicato deliberam sobre as demonstrações contábeis exercício 2022 da entidade em assembleia virtual no dia 29 de junho. A votação é pelo link: [assembleia.spbancarios.com.br](https://assembleia.spbancarios.com.br), que estará funcional entre 19h e 21h da quinta 29. Para votar, o sindicalizado deve preencher sua matrícula funcional, CPF e data de nascimento.

# SUMÁRIO

Relatório da Diretoria . . . . .	<a href="#">5</a>
Campanha 2022 . . . . .	<a href="#">9</a>
Banco do Brasil. . . . .	<a href="#">11</a>
Caixa Federal . . . . .	<a href="#">16</a>
Bradesco. . . . .	<a href="#">21</a>
Itaú Unibanco . . . . .	<a href="#">25</a>
Santander . . . . .	<a href="#">32</a>
1º de Maio . . . . .	<a href="#">40</a>
Financiários . . . . .	<a href="#">40</a>
Igualdade de Oportunidades . . . . .	<a href="#">41</a>
Travessia . . . . .	<a href="#">44</a>
Comitê Betinho . . . . .	<a href="#">44</a>
Bancredi . . . . .	<a href="#">45</a>
Sindicato Cidadão . . . . .	<a href="#">46</a>
Internacional . . . . .	<a href="#">50</a>
Desempenho Social. . . . .	<a href="#">53</a>
Gestão Financeira . . . . .	<a href="#">64</a>
Agradecimento . . . . .	<a href="#">67</a>
Demonstrações Contábeis . . . . .	<a href="#">68</a>
Parecer do Conselho Fiscal . . . . .	<a href="#">79</a>
Edital . . . . .	<a href="#">80</a>





## **Ivone Silva**

Presidenta do Sindicato

2022 foi mais um ano de luta para a categoria, ao lado de seu Sindicato. Fechamos mais uma Campanha Nacional vitoriosa, com acordo de dois anos que manteve, até 2024, todos os direitos previstos na nossa CCT, com reajustes em 2022 e garantia de aumento real de 0.5% em todas as verbas a partir de 1º de setembro deste ano. O acordo também avançou em questões fundamentais como a regulamentação do teletrabalho, com ajuda de custo clausulada na CCT, e o combate ao assédio sexual, com cláusula que prevê canal específico para denúncias, e ainda na questão das metas e do assédio moral, ficando acertado que o tema será tratado em reuniões específicas. Também mantivemos a luta em defesa da democracia, e essa atuação foi importante para a derrota do fascismo nas urnas. Seguindo o princípio da transparência, apresentamos aqui um balanço das nossas principais ações no ano passado, para que os associados possam debater e deliberar na assembleia.”



**Maria Rosani**  
Secretária de Finanças  
do Sindicato

Um Sindicato forte é feito com muita transparência e democracia. Nossos recursos em 2022 foram empregados na luta em defesa dos direitos da categoria e por um país mais justo. Aqui apresentamos com detalhes nosso balanço contábil, para que os associados possam constatar que a gestão de recursos é feita de forma criteriosa pela diretoria.”

Confira a seguir o **relatório da diretoria**, com um resumo das principais atividades do Sindicato ao longo de 2022; as **demonstrações contábeis**; o parecer do Conselho Fiscal; e o edital de convocação para a assembleia de prestação de contas.





**Sindicato dos Bancários e Financeiros  
de São Paulo, Osasco e Região **EUT****

[spbancarios.com.br](http://spbancarios.com.br) |       /spbancarios

**CNPJ 61.651.675/0001-95**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da Diretoria com as Demonstrações Financeiras do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro de São Paulo, Osasco e Região, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal, que destaca as principais ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano.



O ano de 2022 entrou para a história como um ano de lutas e conquistas.

Não dá para falar da atuação do Sindicato em 2022 sem falar na luta dos bancários, pelo terceiro ano consecutivo, em defesa dos trabalhadores durante a pandemia do Coronavírus (Covid-19).

A categoria foi uma das primeiras a se mobilizar e a pressionar o setor patronal a adotar medidas de proteção aos trabalhadores e clientes, em decorrência da pandemia, em uma organização nacional. Foram anos mobilizados, com campanhas pela vacinação para toda a população pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Desde março de 2020,

**NÃO DÁ PARA FALAR DA ATUAÇÃO DO SINDICATO EM 2022 SEM FALAR NA LUTA DOS BANCÁRIOS, PELO TERCEIRO ANO CONSECUTIVO, EM DEFESA DOS TRABALHADORES DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19)**

quando o Brasil teve confirmados os primeiros casos, as entidades representativas, reunidas no Comando Nacional dos Bancários, realizaram frequentes negociações com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) conforme recomendações de organizações nacionais e internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), para promover a proteção da população. Em 2022, a atuação das entidades resultou em medidas de proteção, como o home office e o rodízio de equipes nas agências, além de todos os protocolos de segurança contra a Covid-19 e Influenza.

Foram inúmeras paralisações e atos durante o ano contra as reformas que ameaçavam retirar os direitos dos trabalhadores. Em 2022, o Sindicato esteve mobilizado na luta de toda a sociedade brasileira pelo fortalecimento da democracia e o desenvolvimento do país. E alertamos a população sobre o desmonte promovido pelo governo Bolsonaro. Fortalecemos nossa luta em defesa dos bancos públicos, após sucessivos ataques ao Banco do Brasil e Caixa



Econômica Federal, provocados pelo governo federal e diretores das instituições.

Diante das graves denúncias de assédio sexual envolvendo o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, o Sindicato dos Bancários se mobilizou durante todo o ano - nas redes sociais e nas ruas - pedindo punição e reforçando a importância das denúncias no canal do Sindicato. Na mesa de negociação com a Fenaban, o movimento sindical cobrou a melhoria nos canais de denúncia e proteção


às bancárias vítimas de violência. Os representantes dos trabalhadores reivindicaram maior rigor na apuração de casos de assédio sexual, com total apoio às vítimas e punição aos assediadores. A Fenaban se comprometeu a priorizar o combate ao assédio sexual, bem como as questões de igualdade de oportunidades. Na CCT da categoria conquistamos seis cláusulas que ressaltam o repúdio a essa prática, possibilitando que as vítimas façam denúncias a um canal específico (do banco e do Sindicato).

Realizamos também campanhas alertando sobre a importância do voto e de eleger políticos comprometidos com a classe trabalhadora. O ano de 2022 foi marcado pela vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 77 anos, eleito pela terceira vez presidente do Brasil, 20 anos e três dias depois de sua primeira vitória. Desde 2016, com o golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente com mais de 54,4 milhões de votos, o país viveu uma derrocada democrática. Derrocada esta que passou pela proibição da candidatura do ex-presidente Lula nas eleições de 2018, situação considerada pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU uma violação aos



direitos políticos do ex-presidente, o que culminou na eleição de Jair Bolsonaro. No dia 16 de abril, o Comitê de Direitos Humanos da ONU enviou documento cobrando explicações do governo federal por ameaças à democracia e aos direitos humanos, listando os ataques de Jair Bolsonaro ao poder judiciário, o desmonte das ações de combate à corrupção, o corte de recursos para programas de apoio à mulher, a propagação de discursos de ódio, além de investidas contra indígenas, população negra, imprensa, a violência policial, entre outras suspeitas de violações.

Com o aumento da miséria e fome no Brasil, o Sindicato manteve a campanha Bancário Solidário. Desde o dia 10 de agosto de 2020, por meio de uma parceria entre o Sindicato e diversas entidades como o Rede Rua, a Quadra dos Bancários foi utilizada para a produção de refeições e distribuição, diariamente, de cerca de mil marmitas e sopas arrecadadas a partir de doações de empresas, entidades e pessoas físicas. A ação ocorreu por meio da campanha Bancário Solidário, criada em março, durante a pandemia, para que bancários pudessem fazer doações financeiras, de alimentos e roupas. O Bancário Solidário, em 2022, destinou cestas básicas para cerca de 200 famílias.



COM O AUMENTO  
DA MISÉRIA E  
FOME NO BRASIL,  
O SINDICATO  
MANTEVE A  
CAMPANHA  
BANCÁRIO  
SOLIDÁRIO.







A Campanha Nacional dos Bancários aconteceu em um cenário bastante adverso, em meio a uma crise política, econômica e social. O reajuste salarial de 8,0%, equivalente a 91% do INPC acumulado, foi compensado por ganhos em outras cláusulas econômicas. Para o VA e VR o reajuste foi de 10%, 1,08% acima da inflação. Já para o valor da parcela adicional da PLR o aumento foi de 13%, ganho real de 3,83%. A negociação garantiu ainda, abono de R\$ 1 mil na forma de uma 14ª cesta alimentação. De maneira geral, a remuneração anual do bancário obteve elevação real para a maior parte da categoria (85%).


A CCT contou também com avanços nas relações de trabalho como a regulamentação do teletrabalho, que permite o controle de jornada, direito à desconexão e auxílio; inclusão de temas como assédio sexual, assédio moral (metas) e violência contra a mulher.

A 24ª Conferência Nacional dos Bancários aconteceu de forma híbrida, entre os dias 10 e 12 de junho, em São Paulo. Com o tema “Um país + justo pra gente, este é o Brasil que a gente quer”, bancários de todo o país participaram de mesas de debates e definiram - a partir das propostas apresentadas por sindicatos de todo



o país, consolidadas nos congressos estaduais, e das prioridades apontadas por mais de 35 mil bancários na Consulta Nacional - a pauta de reivindicações da Campanha Nacional Unificada dos Bancários e o plano de lutas da categoria até 2023.

Através das conquistas, do reajuste de salários, vales, do abono e da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), a Campanha Nacional dos Bancários 2022 injetou na economia o valor total de R\$ 14,2 bilhões em um ano, de acordo com os cálculos do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas (Dieese). O impacto positivo da PLR foi de aproximadamente R\$ 8,7 bilhões na economia. O reajuste salarial, por sua vez, contribuiu para a injeção de mais de R\$ 4,2 bilhões. Por fim, para 2023, a negociação garantiu aumento real de 0,5% (INPC + 0,5%) para salários, PLR, VA/VR e demais cláusulas econômicas.



O REAJUSTE SALARIAL DE 8,0%, EQUIVALENTE A 91% DO INPC ACUMULADO, FOI COMPENSADO POR GANHOS EM OUTRAS CLÁUSULAS ECONÔMICAS. PARA O VA E VR O REAJUSTE FOI DE 10%, 1,08% ACIMA DA INFLAÇÃO. JÁ PARA O VALOR DA PARCELA ADICIONAL DA PLR O AUMENTO FOI DE 13%, GANHO REAL DE 3,83%.





Reestruturações; fechamento de agências; redução do quadro de funcionários; transferências; metas abusivas; perda de funções; assédio moral. Não foram poucas as dificuldades enfrentadas pelos bancários do BB para fazer com que o banco seguisse atendendo bem à população e contribuindo para o desenvolvimento do país.

Durante todo o ano, os bancários se uniram com outras categorias em mobilizações nacionais protestando pela implementação do teletrabalho (home office) e os protocolos de segurança sanitária contra Covid-19 e Influenza (H3N2). O movimento sindical também se mobilizou pela redução do

horário e contingenciamento do atendimento nas agências; passaporte vacinal para clientes e funcionários e fechamento de agências e departamentos com casos confirmados para sanitização. Durante todo o ano, o movimento sindical esteve mobilizado: no mês de fevereiro, o Sindicato conquistou o retorno ao home office para funcionários com mais de 60 anos ou que pertenciam ao grupo de risco para a Covid-19. O retorno ao home office foi uma das reivindicações do Dia Nacional de Luta, realizado em 27 de janeiro.

Protestos foram feitos durante todo o ano denunciando à população o desmonte que o Banco



do Brasil vem sofrendo, com o fechamento de milhares de postos de trabalho e centenas de agências pelo país, com sobrecarga de trabalho e cobrança abusiva por metas. Diante deste cenário, o Sindicato cobrou do banco melhores condições de trabalho, recomposição do quadro, valorização do papel do banco público. No mês de março, o Sindicato se mobilizou contra a abertura do Programa de Adequação dos Quadros (PAQ) no Banco do Brasil, para 300 funcionários da direção geral. Em abril, os trabalhadores se reuniram com a direção do banco para discutir o modelo de Trabalho Remoto Institucional (TRI), uma opção de formato de trabalho híbrido, garantido em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).


No mês de junho, o Sindicato realizou protesto retardando a abertura de agência do Banco do Brasil

na Avenida Tiradentes, em São Paulo, contra a violência às mulheres, e o assédio sexual e moral no Banco do Brasil.

Também destacou o programa ***Basta! Não irão nos Calar***, que combate a violência de gênero, o assédio moral e sexual contra mulheres.

Em 2022, os bancários do Banco do Brasil da base do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro de São Paulo, Osasco e Região aprovaram em assembleia virtual, as propostas apresentadas pela Fenaban

para renovação do Acordo Coletivo de Trabalho do banco público e da Convenção Coletiva de Trabalho. Ficaram definidos os reajustes para 2022: **aumento de 10% em vales** alimentação (VA) e refeição (VR), mais uma 14<sup>a</sup> cesta alimentação de R\$ 1.000,00 (paga até outubro); **reajuste de 13% para a parcela adicional** da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e reajuste do INPC nos demais valores fixos (o INPC na data-base da categoria foi confirmado em 8,83%); **reajuste de 8% nos salários e em todas as demais verbas** previstas na CCT, como



O SINDICATO  
COBROU DO  
BANCO MELHORES  
CONDIÇÕES  
DE TRABALHO,  
RECOMPOSIÇÃO  
DO QUADRO,  
VALORIZAÇÃO DO  
PAPEL DO BANCO  
PÚBLICO



o auxílio-creche/babá (o reajuste corresponde a 91% da inflação, confirmada em 8,83% na data-base da categoria, 1º de setembro).

Para 2023: reposição da inflação (INPC), mais

**aumento real de 0,5% para salários, PLR, VA/VR e todas as demais cláusulas econômicas.**

Um dos principais entraves na mesa de negociação foi a insistência do banco em alterar critérios da GDP, reduzindo de três ciclos avaliatórios para descomissionamento para apenas um ciclo. Após uma dura negociação - que envolveu até mesmo a paralisação das negociações com a Fenaban pelo Comando Nacional dos Bancários, como forma de impedir o ataque aos direitos dos funcionários do BB - o banco recuou da proposta. Também ficou acordada a criação de uma mesa bipartite, com representantes do banco e dos trabalhadores, para debater o aprimoramento da GDP. Entre os avanços conquistados pelos funcionários do BB está o compromisso do banco em viabilizar a proposta dos

eleitos da Previ para revisão da PIP (Pontuação Individual do Participante). A revisão da PIP pode beneficiar mais de 14 mil associados da Previ e, ao longo dos próximos anos, com as mudanças na tabela, outros milhares.

Os funcionários do BB também conquistaram o compromisso do banco de alinhamento da instituição com a cláusula sobre teletrabalho que foi acordada com a Fenaban e prevê, entre outros pontos, controle de jornada e ajuda de custo para os trabalhadores que atuam ou vieram a atuar nesta modalidade. O prazo para saldar o banco de horas negativas, que acabaria em outubro, foi ampliado até março de 2025, com até duas horas diárias acima da carga horária. Também foi conquistada a anistia para os trabalhadores contínuos e PCDs. Ficou acordado o reforço do combate ao assédio sexual, alinhado com as medidas definidas





pelo Comando Nacional dos Bancários e Fenaban: treinamento e formação do quadro para a promoção de debates sobre o tema; acolhimento das denúncias e apuração bipartite (banco e sindicato); proteção e assistência às vítimas; e punição dos culpados.

## **MESAS PERMANENTES**

Foram criadas mesas para debater demandas dos trabalhadores PSO (Plataforma de Suporte Operacional) e dos gerentes de serviço. Também serão realizadas mesas sobre: agências varejo, Estilo e escritórios digitais; prédios/departamentos (cenop's e unidades de apoio, táticas e estratégias); a situação dos funcionários egressos de bancos incorporados; encontro nacional sobre planos de cargos e salários e remuneração variável; PAS Odontológico – deixar de usar a tabela com procedimentos e US, simplificando o processo mediante apresentação de orçamento e NF (até 20 mil, em até 48x); CRBB – Melhora nas condições de trabalho dos atendentes e GDP – critérios para o aprimoramento e implementação dos ciclos de avaliação.


Nas negociações para a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) específico do Banco do Brasil – no âmbito da Campanha Nacional dos Bancários 2022 – a Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBB) conquistou a implementação de Mesa da Diversidade permanente com o banco para a discussão e efetivação das reivindicações dos colegas PCDs (pessoas com deficiência), negros e LGBTQIA+.



No fim do ano, a Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) cobrou explicações da Cassi sobre um programa de reestruturação que prevê o fechamento de cinco e a terceirização de 23 unidades da caixa de assistência à saúde dos trabalhadores do BB, distribuídas em 13 estados.

As mudanças em benefício dos associados do Previ Futuro, propostas pelos diretores e conselheiros eleitos da Previ, já aprovadas pelo Conselho Deliberativo, foram finalmente aprovadas pela Previc (Superintendência Nacional da Previdência Complementar). Entre as mudanças estão: redução de 15 para 10 anos no tempo de filiação para aposentadoria; resgate de até 80% da reserva patronal, além da reserva individual, no desligamento do plano; possibilidade do participante em BPD (Benefício Proporcional Diferido) requerer a Renda Mensal de Aposentadoria já a partir dos 50 anos, mesmo sem estar aposentado pelo INSS; redução de 20% para 5% do salário de participação na contribuição esporádica mínima (2C), lembrando que a contribuição para 2C

não possui taxa de carregamento. Para quem optou pelo BPD, as mudanças no regulamento trazem ainda mais duas conquistas: redução de 15 para 10 anos na carência para concessão do benefício e a possibilidade de verter contribuições esporádicas à reserva individual ou portar valores de outros planos previdenciários.



**NAS NEGOCIAÇÕES PARA A RENOVAÇÃO DO ACT ESPECÍFICO DO BB, A CEBB CONQUISTOU A IMPLEMENTAÇÃO DE MESA DA DIVERSIDADE PERMANENTE COM O BANCO PARA A DISCUSSÃO E EFETIVAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES DOS COLEGAS PCDS, NEGROS E LGBTQIA+**





O movimento sindical cobrou a vacinação para os empregados da Caixa e esteve mobilizado durante todo o ano contra a direção do banco, que manteve a exposição dos empregados em meio à uma pandemia.

No aniversário de 161 anos da Caixa, bancários e suas entidades representativas realizaram em diversas partes do país atividades para reforçar a importância do banco público para a população e para o país, bem como para parabenizar os empregados da empresa pelo trabalho social exercido durante a pandemia, com o pagamento do auxílio emergencial. Durante os atos, foi distribuída carta aberta à população

denunciando os ataques à Caixa e aos empregados. As comemorações e protestos também tomaram as redes sociais, com as hashtags #Caixa161Anos #CaixaForteÉCaixaPública.

Durante todo o ano, o movimento sindical cobrou da direção do banco para que seguisse à risca o protocolo de segurança contra a Covid-19, orientando os bancários a denunciarem ao Sindicato caso as medidas não fossem cumpridas. Diversos protestos foram feitos em frente às agências por medidas efetivas de proteção contra o contágio e por melhores condições de trabalho.

No mês de março, a Caixa atendeu reivindicação dos





empregados - apresentada pelo Sindicato dos Bancários, e demais entidades representativas - e prorrogou o “Projeto Remoto Excepcional”, implementado em razão da pandemia de Covid-19, até o dia 30 de abril.


Após muita pressão dos trabalhadores, a Funcef anunciou o restabelecimento da margem consignável do CredPlan a partir do dia 1º de março. O CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar) publicou duas

resoluções que impactam nos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, como a Funcef (Fundação dos Economiários Federais).

A discussão dos critérios para a promoção por mérito de 2021 finalmente chegou ao fim. Após muitos debates, a direção do banco mudou sua proposta para a mesma formulação aplicada em 2021: os empregados que não tivessem os impedimentos previstos pelo MN RH 176. A proposta da direção do banco, porém, impactaria milhares de empregados que participaram da greve realizada em 27 de abril de 2021 (em defesa do Saúde Caixa, em defesa da vida, contra o pagamento incorreto

da PLR e contra o desmonte do banco), excluindo estes colegas do processo e prejudicando suas remunerações. Os representantes dos empregados foram contrários, mas a direção da empresa manteve-se intransigente. As entidades, então, repudiaram a postura da direção, fizeram protestos, e apresentaram denúncia ao MPT, que marcaria mediação sobre o tema. Com o recuo da Caixa, o delta foi distribuído inclusive aos colegas que realizaram a greve.

Em maio, o Sindicato, a Apcef/SP e outras entidades sindicais conseguiram reverter o prejuízo que os empregados da Caixa teriam com a curva forçada da GDP, inclusive no pagamento do bônus que foi feito no

  
**DURANTE  
TODO O ANO,  
O SINDICATO  
E A APCEF/SP  
REALIZARAM  
PROTESTOS  
CONTRA O  
ASSÉDIO MORAL,  
A PARTIR DE  
DENÚNCIAS  
RECORRENTES  
DE EMPREGADOS  
SOBRE  
DESRESPEITOS E  
ABUSOS.**



dia 30 de abril. As entidades cobraram e a Caixa mudou a regra de cálculo que reduzia a GDP de cada empregado.

Durante todo o ano, o Sindicato e a Apcef/SP realizaram protestos contra o assédio moral, a partir de denúncias recorrentes de empregados sobre desrespeitos e abusos.

Diante das graves denúncias de assédio sexual contra o presidente da Caixa, o Sindicato dos Bancários pediu a exoneração imediata de Pedro Guimarães do cargo e a punição de todos os envolvidos. Os casos de assédio teriam ocorrido durante atividades do programa Caixa Mais Brasil, realizadas em várias cidades do país. Desde 2019, o programa acumula mais de 140 viagens, a maioria aos finais de semana, nas quais Pedro Guimarães e equipe ficavam hospedados no mesmo hotel, onde ocorria, segundo as trabalhadoras, o assédio sexual. O Sindicato alertou a todos os bancários da



sua base um canal formal, previsto e regulamentado pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), para denunciar, de forma totalmente sigilosa, a prática de assédio moral. Em face das denúncias de assédio sexual, o Sindicato realizou diversos protestos em frente ao prédio de departamentos de áreas meio do banco e realizou o Dia Nacional de Luta contra os Assédios Moral e Sexual no dia 5 de julho. Na mesa de negociação com a Fenaban, o movimento sindical cobrou a melhoria nos canais de denúncia e proteção às bancárias



vítimas de violência. Os representantes dos trabalhadores reivindicaram maior rigor na apuração de casos de assédio sexual, com total apoio às vítimas e punição aos assediadores. A Fenaban se comprometeu a priorizar o combate ao assédio sexual, bem como as questões de igualdade de oportunidades, e afirmou ser a favor da igualdade de gênero no ambiente de trabalho.

Em 2022 foi assinado o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos empregados da Caixa, que vale de 1º de setembro de 2022 a 31 de agosto de 2024. O ACT foi aprovado pelos trabalhadores do banco público em assembleia realizada por meio eletrônico, no âmbito da Campanha Nacional dos Bancários 2022. No mesmo dia, foi assinada a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria bancária e, com isto, os bancários terão todos os direitos garantidos

até 31 de agosto de 2024. O ACT da Caixa garante todos os direitos anteriores do último acordo, como a manutenção da PLR Social, do adiantamento de férias, do adicional noturno, da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), da promoção por mérito, e demais cláusulas. Uma conquista importante é a inclusão no ACT de uma cláusula sobre o controle de jornada com ponto eletrônico para os empregados em home office. Também fica resolvido o pagamento de ajuda de custo, direito à desconexão; e outras questões tratadas na mesa com a Fenaban, incluídas na CCT. A Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR) também se manteve igual ao acordo de 2020. Além disso, será criado um Grupo de Trabalho (GT) bipartite, com representação dos trabalhadores e do banco, com início em outubro e limite no dia 31 de dezembro de 2022, uma reivindicação dos empregados para garantir a transparência no pagamento



da PLR, assim que definido. Outros avanços foram a criação do GT de condições de trabalho, a partir de março de 2023, e de outro específico sobre as funções minuto. Ou seja, a retomada das discussões sobre o trabalho nas baterias de caixa, tesouraria e dos avaliadores de penhor, com prazo para a resolução. Também estão mantidos os vales refeição e alimentação nas licenças e outras ausências, um direito que a direção da Caixa quis retirar, mas a Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) se posicionou indiscutivelmente contra.

## **REAJUSTES PARA 2022:**

**Aumento de 10%** em vales alimentação (**VA**) e refeição (**VR**), mais uma **14ª cesta** alimentação de **R\$ 1.000,00** (paga até outubro); reajuste de **13%** para a parcela adicional da Participação nos Lucros e Resultados (**PLR**) e correção do INPC nos demais valores fixos (o INPC foi confirmado em 8,83% na data-base da categoria) e reajuste de **8%** nos **salários** e em todas as demais verbas previstas na CCT, como o **auxílio-creche/babá** (o reajuste corresponde a **91% da inflação**, confirmada em 8,83% na data-base dos bancários, 1º de setembro).

**Para 2023:** reposição da inflação (INPC), mais aumento real de 0,5% para salários, PLR, VA/VR e todas as demais cláusulas econômicas.





# Bradesco

Durante toda a pandemia, os dirigentes sindicais atuaram ativamente pela manutenção das medidas de proteção aos trabalhadores. A luta do movimento sindical contra as demissões e fechamento de agências também foi constante em 2022. Após confirmar o fechamento dos prédios Alameda Rio Negro, Santa Cecília e Nova Central, o Bradesco comunicou ao Sindicato, no mês de agosto, o fim das atividades do Prédio Paulista. No fim do ano, o Sindicato cobrou esclarecimentos sobre o anúncio do fechamento de 115 locais de trabalho, entre agências e unidades de

negócio, em todo território nacional

Com a retomada do horário de atendimento normal nas agências e o aumento considerável no número de casos de Covid-19, além do atual surto de Influenza, o Sindicato manteve o alerta aos bancários pelo cumprimento do protocolo em caso de suspeita ou diagnóstico de contaminação. E denunciou as metas abusivas de vendas, mesmo com a diminuição do número de funcionários devido ao aumento de casos positivos para Covid-19 ou H3N2 e com o aumento do número de fechamento de agências



em obediência aos protocolos.

Em janeiro, os bancários das áreas de Monitoramento de Redes Sociais e de Transações PIX aprovaram o Acordo Coletivo de Trabalho com vigência de dois anos que versa sobre adequação da jornada de trabalho, em assembleia virtual, com 100 % de aceitação. O acordo assegura, dentre outros pontos, o descanso de dois dias consecutivos, coincidentes ao menos duas vezes no mês com sábados e domingos; e folga de caráter compensatório. Garante também o pagamento dos plantões para cada dia de trabalho que coincida com sábados, domingos e feriados, corrigidos pelo mesmo valor da Convenção Coletiva de Trabalho. Os bancários das áreas de Teleatendimento e de Suporte do Departamento de Atendimento e Operações Canais (AOC) também aprovaram o Acordo

Coletivo de Trabalho que versa sobre adequação da jornada de trabalho. O acordo assegura, dentre outros pontos: o direito a dois dias consecutivos de descanso, coincidentes, ao menos em duas vezes por mês, com sábados e domingos; um dia de folga compensatória, quando o trabalho ocorrer em dia considerado feriado e duas pausas durante o dia, além do intervalo próprio para alimentação.

Em fevereiro, após intervenção do Sindicato, o projeto Fidelize, do Bradesco, em Itapeverica da Serra, foi readequado. Foi implementado, com medidas simples, o devido distanciamento dos clientes; o espaço foi melhor distribuído; maior controle no acesso dos clientes; a equipe foi

EM JANEIRO,  
OS BANCÁRIOS  
DAS ÁREAS DE  
MONITORAMENTO  
DE REDES SOCIAIS  
E DE TRANSAÇÕES  
PIX APROVARAM O  
ACORDO COLETIVO  
DE TRABALHO  
COM VIGÊNCIA DE  
DOIS ANOS QUE  
VERSA SOBRE  
ADEQUAÇÃO  
DA JORNADA  
DE TRABALHO,  
EM ASSEMBLEIA  
VIRTUAL, COM 100 %  
DE ACEITAÇÃO.



orientada quanto ao melhor uso dos espaços internos; a permanência de bancários em locais sem a necessária ventilação foi restringida; e as medidas de higienização foram reforçadas.

Em maio, o Bradesco anunciou o retorno ao presencial de todos os seus funcionários, inclusive os do grupo de risco, até o dia 6 de junho. Esse prazo foi estendido por solicitação da Comissão de Organização dos Empregados (COE), que pediu um tempo maior para que os trabalhadores organizassem sua volta. A decisão foi comunicada pelo banco quase um

mês depois de o governo federal determinar o fim da Espin (Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional), em portaria assinada no dia 22 de abril. Após a queda da Espin, o banco finalmente colocou em prática o acordo de teletrabalho que conquistamos e só não foi renovado em virtude de as cláusulas estarem na Convenção Coletiva de Trabalho.


Após a gravação de vídeo em que o diretor-presidente do Bradesco, Octavio de Lazari Júnior, elogia o Exército Brasileiro e o tempo em que passou por formação militar, o Sindicato exigiu posicionamento do banco em defesa da democracia. Em reunião com o banco,



o Bradesco ressaltou seu compromisso com a democracia e afirmou que o vídeo não era institucional.

Em julho, uma bancária do Bradesco demitida, foi reintegrada pelo banco. Isso só foi possível porque, após ser desligada, a trabalhadora procurou o Sindicato para o processo de homologação. Foi justamente nesse momento que a equipe do Sindicato identificou que a bancária estava com problemas de saúde possivelmente causados pelo trabalho.

No mês de setembro, os bancários que trabalham no setor de fraude de cartões de crédito e débito do Bradesco aprovaram proposta de Acordo Coletivo de Trabalho, com vigência de dois anos, que versa sobre adequação da jornada de trabalho. O instrumento foi aprovado com 95,56% dos votos dos participantes. Dentre os principais pontos, o acordo assegura: descanso de dois dias consecutivos, coincidentes ao menos duas vezes no mês com sábados e domingos; folga de caráter compensatório; pagamento dos plantões para cada dia de trabalho que coincidir com sábados, domingos e feriados.



EM JULHO, UMA BANCÁRIA DO BRADESCO DEMITIDA, FOI REINTEGRADA PELO BANCO. ISSO SÓ FOI POSSÍVEL PORQUE, APÓS SER DESLIGADA, A TRABALHADORA PROCUROU O SINDICATO PARA O PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO.







# Itaú



Durante todo o ano, o Sindicato cobrou do banco medidas severas de prevenção contra a Covid-19 e Influenza (H3N2). O Grupo de Trabalho de Saúde do movimento sindical elaborou um ofício, no início do ano, com propostas no sentido de minimizar os riscos de contaminação pelos vírus que causam síndromes respiratórias, como o fornecimento de máscaras; testagem de todos os trabalhadores: bancários e terceirizados. Além da limitação de clientes dentro das agências; contratação de empresa especializada para a sanitização e fechamento pelo período de 24 horas de agências com casos confirmados de Covid-19 ou

Influenza, e a ampliação da equipe de atendimento da telemedicina.


Os trabalhadores também negociaram o retorno ao trabalho presencial, cobrando o fim das demissões entre as pessoas com deficiência (PCDs) e discutindo a compensação de horas negativas. O movimento sindical pediu reforço da divulgação dos protocolos e da fiscalização do atendimento deles pelos trabalhadores. Reivindicamos também o retorno das homologações para o Sindicato.

Em fevereiro, o Sindicato firmou, junto ao Itaú, acordo de controle de jornada e quitação das obrigações de registro de ponto dos



funcionários, além do controle mensal da marcação de jornada diária.

O Sindicato, por meio da COE (Comissão de Organização dos Empregados) do Itaú, cobrou do banco soluções e maior agilidade quanto às demandas apresentadas pela representação dos trabalhadores em 2022. Entre os temas abordados na reunião, estão a alteração no GERA; o grande número de demissões na pandemia, inclusive de PCDs; assédio moral; fechamento de agências; e o aumento de casos de Covid-19. As

  
**EM FEVEREIRO,  
O SINDICATO  
FIRMOU, JUNTO  
AO ITAÚ, ACORDO  
DE CONTROLE  
DE JORNADA E  
QUITAÇÃO DAS  
OBRIGAÇÕES  
DE REGISTRO  
DE PONTO DOS  
FUNCIONÁRIOS  
ALÉM DO  
CONTROLE  
MENSAL DA  
MARCAÇÃO DE  
JORNADA DIÁRIA.**

reivindicações foram participar da contratação do GERA debatendo metas alcançáveis; não às mudanças constantes de regras; remuneração dos agentes de negócios; metas de acordo com a realidade de cada local, não cobrança das metas nas férias e suspensão das metas na pandemia.

No mês de março, o Sindicato conquistou a realocação dos funcionários do 30 horas, setor do banco que foi terceirizado no final de 2021. Na ocasião, o movimento sindical bancário interveio e conseguiu o compromisso do banco em realocar os trabalhadores. O banco informou que quase 50% dos funcionários foram realocados. No 30 horas: 92%

dos funcionários foram realocados (689); 510 realocados; 122 promovidos. Do Crédito Consignado foram 57 % realocados.

Durante todo o ano, os trabalhadores se mobilizaram contra as demissões, fechamento de agências, terceirização, e pela criação de uma central de realocações, mais contratações e fim do acúmulo de funções. Em março, o Itaú comunicou ao Sindicato



o encerramento das atividades no CAT (Centro Administrativo Tatuapé), concentração do banco localizada na zona leste da capital paulista. Em reunião com o Sindicato, o banco assumiu o compromisso de repassar todas as informações sobre o fim do CAT ao Sindicato; que todas as áreas serão transferidas para o CT (Centro Tecnológico); e que, através de reuniões periódicas, o Itaú iria informar a data de transferência de cada área, de acordo com o cronograma. Também foi discutida a realocação dos trabalhadores, como já ocorre com a Central 30 Horas, locada no CAT, e que está sendo terceirizada. Em maio, a COE (Comissão de Organização dos Empregados) se reuniu com o banco para cobrar o fim das demissões, fechamento de agências e banco de horas negativo.

O movimento sindical deixou claro na mesa de negociação que não há justificativa nenhuma para o alto índice de demissões que vêm ocorrendo no Itaú, principalmente de trabalhadores com histórico de adoecimento e idade próxima aos 50 anos. Em julho, o Itaú anunciou a reestruturação e automação em duas áreas: Consignado (Diretoria de Operações Centralizadas) e Veículos (Diretoria de Negócios ItauCred Veículos). Apenas no departamento de Crédito Consignado, em torno de 54 funcionários foram disponibilizados para realocação, e já houve ao menos sete demissões. O banco se comprometeu a suspender as dispensas e deu o prazo de apenas 15 dias para realocação, no qual o bancário terá de se candidatar a uma vaga e passar por processo seletivo interno, para só depois ter o retorno da aprovação. Isso se conseguir encontrar uma vaga. No mês de setembro,





o Itaú anunciou que iria terceirizar e extinguir áreas até a primeira quinzena de 2023. O Itaú comunicou mais uma área a ser terceirizada, dessa vez o SAC (Serviço de Atendimento ao Cliente), lotado no CA Tatuapé. O banco deu prazo de 120 dias para 270 funcionários da área se realocarem (até a primeira quinzena de janeiro de 2023). O Sindicato se posicionou totalmente contra a decisão do banco, que acarreta em demissões, precarização do trabalho e retirada de direitos.

Contra as demissões e fechamento de agências, durante todo o ano, o Sindicato protestou nas agências e nas redes sociais, para denunciar os adoecimentos causados pelas metas cada vez mais abusivas e pela sobrecarga

de trabalho. Em julho, houve paralisação de todas as agências do Itaú na Avenida Paulista em protesto contra as reestruturações promovidas pelo banco. Foram encerradas 211 unidades entre janeiro e maio de 2022, sendo 108 só em São Paulo. Foi realizado também o Dia Nacional de Luta no dia 14 de julho. Após uma série de protestos e negociações, o Itaú se comprometeu a não demitir trabalhadores até o fim da vigência da atual Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria bancária, em 31 de agosto.


Após pressão dos trabalhadores, o Itaú prorrogou o prazo para compensação das horas negativas por mais seis meses a partir de 1º de setembro, com data prevista



para término em 1º de março de 2023. A extensão do prazo faz com que os trabalhadores consigam compensar o saldo de horas negativas com o limite de duas horas diárias. No mês de outubro, todos os trabalhadores do Itaú que não conseguiram compensar as horas negativas terão o banco de horas totalmente anistiado. A conquista foi obtida na última rodada de negociação entre a Comissão de Organização dos Empregados do Itaú e representantes do banco. O acordo de banco de horas negativo foi negociado e firmado com o Itaú em face da pandemia de Covid-19, a fim de garantir todos os direitos dos trabalhadores afastados e os que fizeram rodízios nas agências. Assinado em fevereiro de 2021, o instrumento de compensação das horas negativas previa que os bancários teriam um período de 18 meses, a partir do mês de março de 2021, com o limite de duas horas por dia, para compensar as horas negativas. Estes termos seriam revisados a cada três meses, podendo ser prorrogados por mais seis meses, caso os trabalhadores não estivessem conseguindo zerar os seus bancos.

No mês de julho, após luta dos trabalhadores, o banco recuou e estendeu para 29 de julho o prazo para os bancários da Diretoria de Operações Centralizadas (Consignado) conseguirem uma vaga para realocação dentro do banco.

Durante todo o ano defendemos um plano de previdência para a categoria, fizemos o debate sobre mudanças estatutárias e para melhorar o valor da complementação e a participação da diretoria.



**CONTRA AS  
DEMISSÕES E  
FECHAMENTO  
DE AGÊNCIAS,  
DURANTE TODO O  
ANO, O SINDICATO  
PROTESTOU NAS  
AGÊNCIAS E NAS  
REDES SOCIAIS,  
PARA DENUNCIAR  
OS ADOECIMENTOS  
CAUSADOS PELAS  
METAS CADA VEZ  
MAIS ABUSIVAS E  
PELA SOBRECARGA  
DE TRABALHO.**



O movimento sindical também esteve atento à segurança bancária. Exigindo vigilantes e equipamentos de segurança (portas giratórias e dispositivos), emissão de CAT e assistência aos funcionários no caso de assaltos.


Com 95% dos votos favoráveis, os bancários do Itaú de agências digitais aprovaram a renovação de seu acordo coletivo de trabalho. Principais pontos da renovação do acordo: não poderá ser implementado script para o atendimento telefônico; concessão de equipamentos ergonômicos para a realização do trabalho conforme a NR17; layout não poderá ser a de uma central de atendimento; acesso dos representantes sindicais nos locais de trabalho, para fiscalização das normas trabalhistas e do cumprimento do acordo. O prazo de vigência deste acordo será de dois anos, retroativo a fevereiro de 2021.

Após luta dos trabalhadores, o Itaú realizou o 1º Encontro de Coletivos Negros do

Itaú. Segundo o banco, o objetivo da iniciativa é o desenvolvimento de jovens universitários que estão buscando ingressar no mercado por meio de programas de estágio ou trainee. Diversidade também foi outra pauta que cobramos do banco, com o debate do respeito e igualdade de oportunidades.

Em novembro, os empregados do Itaú da base territorial do Sindicato aprovaram a proposta de Acordo Coletivo de Trabalho que versa sobre Regime Especial para Compensação de Horas. **Principais pontos do acordo:** o prazo para compensação das horas positivas ou negativas será de seis meses contados a partir de primeiro de janeiro de 2023, e será acompanhado pelo sistema do banco de horas implantado pelo Itaú; as horas extras trabalhadas nos finais de semana e feriados serão excepcionais. O Sindicato será previamente comunicado, e cada uma hora trabalhada garante uma hora e meia de descanso; as horas não





## COM 95% DOS VOTOS FAVORÁVEIS, OS BANCÁRIOS DO ITAÚ DE AGÊNCIAS DIGITAIS APROVARAM A RENOVAÇÃO DE SEU ACORDO COLETIVO DE TRABALHO.

compensadas serão pagas com os devidos adicionais previstos na lei. No caso de demissão ou pedido de dispensa, as horas extras ainda devidas serão pagas na rescisão; as horas não compensadas no prazo previsto serão descontadas durante o contrato de trabalho; na hipótese de rescisão contratual a pedido do empregado ou por justa causa, as horas não compensadas no curso do contrato de trabalho serão descontadas; para efeito de desconto devem ser observados os limites legais: há determinação expressa para o desconto de verbas rescisórias, que corresponde a uma remuneração do empregado. O acordo aprovado terá vigência a partir de janeiro 2023

e é válido apenas para os empregados de prédios administrativos. Não serão contemplados pelos termos deste instrumento os empregados da rede de agências (física e digitais), e de áreas que possuem acordos próprios, como as centrais de atendimento, por exemplo.

Também em novembro, diante do aumento dos casos de Covid-19 no Brasil e na cidade de São Paulo, O Sindicato acionou o Itaú e o banco informou que enviou aos bancários comunicado no canal interno do banco com as seguintes informações e recomendações: vacinar-se contra a Covid-19 (inclusive as doses de reforço); higienizar sempre as mãos; o uso de máscara é opcional, mas o banco a recomenda em ambientes fechados e com muitas pessoas; cadastrar os casos confirmados e de suspeitas de Covid-19 no IU Conecta, mesmo empregados que estão atuando no modelo remoto; se apresentar sintomas gripais, como dor de garganta, tosse, febre, dificuldade para respirar, perda de olfato ou paladar, utilize a orientação de médicos e enfermeiros à distância, disponível 24 horas, todos os dias.





Durante todo o ano, o Sindicato atuou para debater o avanço da pandemia de coronavírus e medidas de proteção aos trabalhadores. Após a luta dos trabalhadores, no mês de janeiro, o Santander disponibilizou na intranet os protocolos que deveriam ser seguidos, inclusive com orientações para gestores e funcionários, e um FAQ com perguntas e respostas. O retorno ao trabalho só aconteceu após o resultado negativo de exames e indicação médica. Em março, após muita cobrança do movimento sindical, o Santander atendeu a reivindicação e forneceu notebooks a todos os bancários que estiverem em home office ou em formato híbrido. Também em março, o Sindicato realizou ato no Radar Santander, concentração do banco espanhol localizada em Santo Amaro, zona sul de São Paulo, no qual dirigentes sindicais dialogaram com os trabalhadores sobre a convocação pelo banco do grupo de risco para Covid-19 e gestantes para retorno presencial.

Diante do aumento de casos de Covid-19 e da influenza H3N2, o movimento sindical bancário reivindicou ao Santander que retomasse a adoção do regime de home office para grande parte dos funcionários, e também





do rodízio de equipes nos departamentos do banco. Na carta direcionada ao banco, no início do ano, o Sindicato e demais entidades reivindicam ainda melhorias para o atendimento dos trabalhadores nos convênios médicos, com a melhora do fluxo de atendimento da telemedicina e a retomada do atendimento de telemedicina do Albert Einstein, que foi suspenso em setembro passado. Reivindicaram também que as agências e prédios administrativos sejam higienizados com mais frequência, inclusive seus sistemas de ventilação e ar condicionado. Em dezembro, diante do aumento dos números de casos de Covid-19, inclusive com internações hospitalares, o Sindicato solicitou ao Santander o reforço das medidas preventivas contra a doença. O Sindicato solicitou também o estímulo ao uso da máscara, fornecimento de autoteste e afastamento de um metro entre bancários e clientes.

No mês de janeiro, sem negociar com o movimento sindical, o Santander anunciou a abertura de 3 mil agências, em todo o Brasil, no sábado (22), das

10h às 14h, por conta do lançamento da campanha “Desendivida”. A iniciativa foi anunciada no intervalo do Fantástico, da Rede Globo, pegando trabalhadores de surpresa. Foram convocados gerentes de negócios e serviços de 8 horas; gerentes gerais; gerentes administrativos; e gerentes PJ, PF e Van Gogh. O Sindicato, junto com diversas outras entidades representativas da categoria, divulgou uma carta aberta ao novo presidente do Santander, Mario Roberto Opice Leão, desejando uma boa gestão à frente do banco - não só sob a ótica dos acionistas, mas também de trabalhadores e clientes. O movimento sindical também cobrou do banco o pagamento de horas extras.

No dia 1º de janeiro de 2022, o Santander promoveu a terceirização da área de tecnologia, ao transferir todos os funcionários da área de tecnologia para a FIRST, empresa do próprio conglomerado. Com esta manobra, o banco retirou os trabalhadores da representação do Sindicato



dos Bancários e da Convenção Coletiva de Trabalho negociada entre o movimento sindical bancário e a Fenaban (federação dos bancos). O movimento sindical tentou conter as investidas dos banqueiros e do governo Bolsonaro para a retirada dos direitos dos bancários. No mês de junho, mesmo dia em que foi realizada negociação com a Fenaban, com o tema “Emprego e terceirizações”, no âmbito da Campanha Nacional dos Bancários 2022 (campanha salarial), o Sindicato protestou em frente a FIRST, denunciando o avanço do

processo de terceirização no Santander, e para dialogar com os trabalhadores sobre os prejuízos a quem é submetido a este tipo de regime de trabalho.

Durante o ano, dirigentes do Sindicato também promoveram protestos no Radar e no Quarteirão de Investimentos, contra as demissões e o processo de terceirização promovido pelo banco espanhol. Em setembro, o Sindicato também cobrou do banco a contratação como bancários dos trabalhadores da empresa terceirizada Fox, que rescindiu o contrato com o banco. Os cerca de 40 empregados, lotados no Radar Santander, foram demitidos pela intermediadora de mão de obra. A entidade enviou ofício ao Santander reforçando a

reivindicação para a contratação, e solicitou reunião com o banco para debater a situação dos empregados terceirizados. No fim do ano, o Sindicato protestou no Radar Santander contra a nova onda de terceirizações anunciada pelo banco. Cerca de 1,7 mil funcionários da área de manufatura passaram a ser transferidos para

■ ■■■■■

**NO MÊS DE JANEIRO, SEM NEGOCIAR COM O MOVIMENTO SINDICAL, O SANTANDER ANUNCIOU A ABERTURA DE 3 MIL AGÊNCIAS, EM TODO O BRASIL, NO SÁBADO (22), DAS 10H ÀS 14H, POR CONTA DO LANÇAMENTO DA CAMPANHA “DESENDIVIDA”**



outra empresa do grupo Santander, chamada “SX Tools”. Em assembleia virtual, bancários e bancárias de todo o país repudiaram o processo de terceirização de departamentos imposto pelo Santander. No recorte da base do Sindicato, 98,16% dos trabalhadores que participaram da assembleia se disseram contra a terceirização; e 98,56% afirmaram que querem que o Sindicato dos Bancários continue a ser a sua entidade de representação sindical. Além de realizar um processo intenso de terceirização que irá resultar na perda de direitos para os trabalhadores, o Santander ainda promove prática antissindical. Dirigentes do Sindicato foram impedidos de acessar os centros administrativos do banco espanhol.

A luta do movimento sindical foi constante para


rever as demissões dos trabalhadores. O banco promoveu a fusão de agências em regiões que integram a base do Sindicato. Diante da movimentação, a entidade cobrou da direção do banco que o processo não resultasse em demissões, e que os bancários das agências que encerrassem as atividades fossem realocados. Contra uma série de abusos da gestão brasileira do banco espanhol, o Sindicato realizou inúmeros protestos, com mobilização nas redes sociais: a hashtag #SantanderNosRespeite atingiu um dos assuntos mais comentados (trending topics) do Twitter.

No mês de julho, sem nenhuma negociação com o movimento sindical, o Santander informou a rede, por meio de comunicado institucional, que todas as agências do Brasil teriam atendimento gerencial das



9h às 17h, a partir de 18 de julho. O Santander há anos vem alterando o horário de atendimento, em uma clara tentativa de burlar a jornada de trabalho dos bancários. Foi o único banco que manteve o atendimento preferencial das 9h às 10h para o grupo de risco para a Covid-19, mesmo quando o número de contaminações e mortes em decorrência da pandemia passou a diminuir. Após bancários protestarem em agências do Santander de todo o país, a direção do banco se comprometeu a dialogar com a Comissão de Organização dos Empregados (COE).

Dirigentes do Sindicato também reuniram-se com representantes do banco para cobrar melhorias no processo eleitoral das comissões internas de prevenção de acidentes (Cipa). Os pleitos em 2022, realizados de forma virtual, foram marcados pela divulgação insuficiente e baixa adesão de votantes. Na reunião, representantes dos trabalhadores entregaram aos representantes do banco um ofício expondo os problemas identificados pelo Sindicato. O documento também cobra ações a fim de tornar o processo eleitoral das Cipas mais transparente e democrático. Dentre as sugestões estão



## O SANTANDER HÁ ANOS VEM ALTERANDO O HORÁRIO DE ATENDIMENTO, EM UMA CLARA TENTATIVA DE BURLAR A JORNADA DE TRABALHO DOS BANCÁRIOS

a importância de uma divulgação mais ampla para os trabalhadores sobre o que é a Cipa e a respeito de sua eleição nos prédios administrativos do banco; e a participação do Sindicato no processo.

O movimento sindical conquistou um acordo que garantiu prazo mais amplo de compensação de horas para os bancários do Santander que ficaram em casa durante a pandemia, mas não puderam trabalhar porque o banco não ofereceu equipamento ou acesso ao sistema. O acordo se estende até agosto de 2023 e obedeceu os seguintes critérios: 10% para o empregado que compensar de 30 (trinta)



a 59 (cinquenta e nove) horas por semestre (julho de 2022 a dezembro de 22, e janeiro de 2023 a junho de 2023); 20% para o empregado que compensar de 60 (sessenta) a 100 (cem) horas por semestre (julho de 2022 a dezembro de 2022, e janeiro de 2023 a junho de 2023); 30% para o empregado que compensar de 101 (cento e uma) a 150 (cento e cinquenta) horas por semestre (julho de 2022 a dezembro 2022, e janeiro de 2023 a junho de 2023); 40% para o empregado que compensar de 151 (cento e cinquenta e uma) a 180 (cento e oitenta) horas por semestre (julho de 2022 a dezembro de 2022, e janeiro de 2023 a junho de 2023). Ficou comprometido, também, que haverá o abatimento de 40% no saldo de horas negativas acumuladas, especificamente para empregados com deficiência e empregadas que durante a gestação estiveram afastados de suas atividades em decorrência da pandemia da Covid-19, desde que compensem 60 (sessenta) horas por semestre (julho de 2022 a dezembro de 2022, e janeiro de 2023 a

junho de 2023); Não poderá ocorrer desconto em folha de pagamento até setembro de 2023. Em caso de demissão sem justa causa, as horas não serão descontadas da rescisão; não é permitido compensar horas aos finais de semana e feriados e só será permitido compensar 4 dias por semana, de segunda a sexta, e até 1 hora e 50 minutos por dia.

Em setembro, os representantes dos bancários e do Santander concluíram a negociação para a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho específico dos trabalhadores do banco – aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho da categoria bancária –, no âmbito da Campanha Nacional dos Bancários 2022. **Foram conquistados:** extensão do período de amamentação de nove para 12 meses, podendo ser usufruído pelo pai ou pela mãe; manutenção do pagamento de PLR e Programa Próprio



Sem compensação de um pelo outro, como pretendia o banco; inclusão de uma cláusula de repúdio à violência contra a mulher onde o banco se compromete a apoiar as bancárias vítimas de violência; termo de relações laborais para prevenir e coibir o assédio moral e sexual; reajuste do valor das bolsas de graduação e pós graduação pelo INPC em 2023 e 2024; validade do acordo de 1º de setembro de 2022 a 31 de agosto de 2024; PPRS reajustado em 2022 em 8% que será pago em fevereiro de 2023 em parcela única no valor de R\$ 3.355,73; para 2024, será pago o valor reajustado pelo INPC do período, mais 0,5% e estão mantidas as faixas de renda do PPRS – o

banco queria subir de 13% para 16%; de 13% a 23% para 16% a 26%; e acima de 23% para 26%.

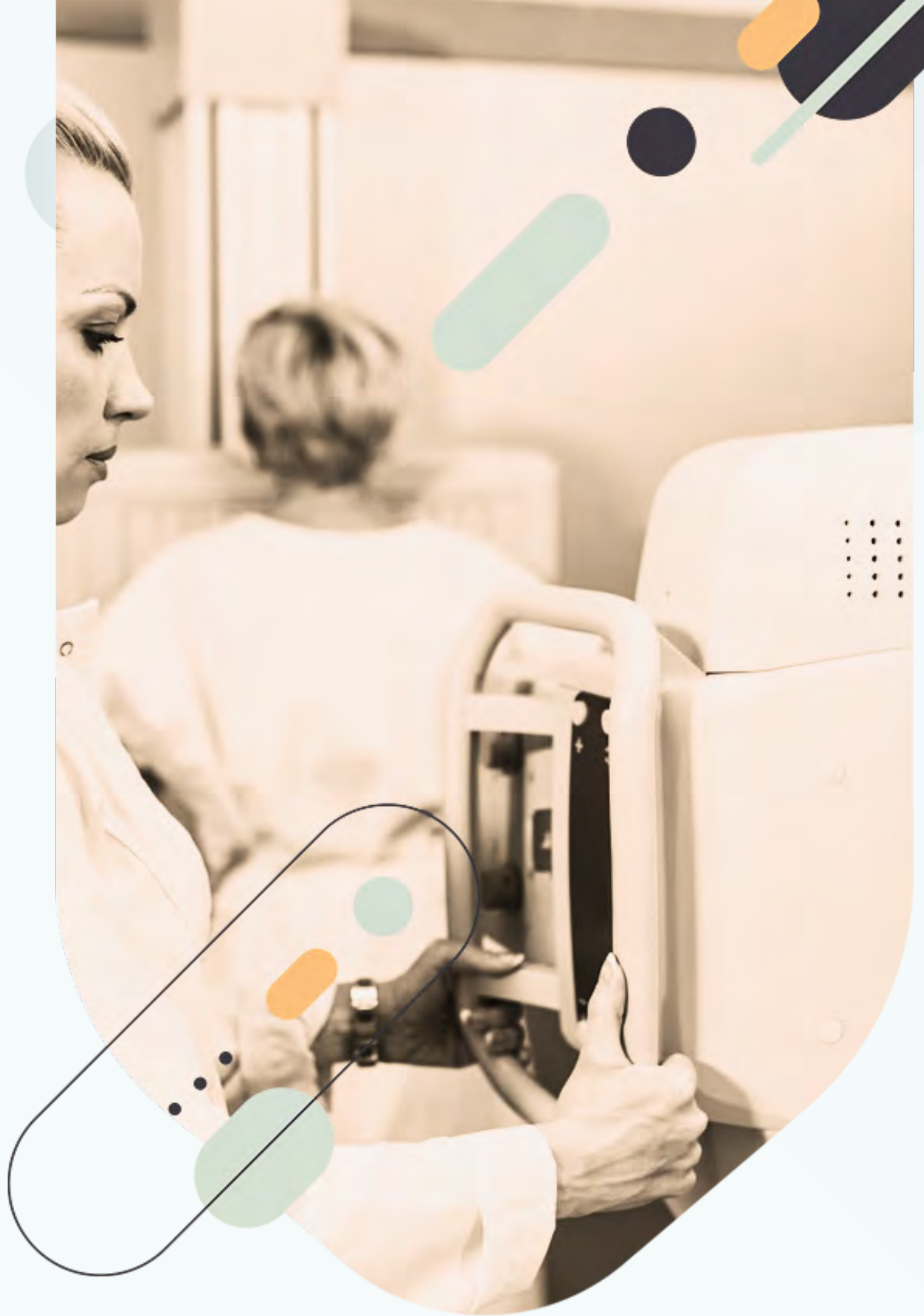
Os trabalhadores do Santander e do Grupo Aymoré, da base de atuação do Sindicato, aprovaram em assembleia virtual, com 97,4% dos votos, a proposta negociada para renovação do Acordo Coletivo de Trabalho.

**Entre as conquistas:** Extensão do período de amamentação de nove para 12 meses, podendo ser usufruído pelo pai ou pela mãe; manutenção do pagamento de PLR e Programa Próprio sem compensação de um pelo outro, como pretendia o banco; inclusão de uma cláusula de repúdio à violência contra a



mulher onde o banco se compromete a apoiar as bancárias vítimas de violência; termo de relações laborais para prevenir e coibir o assédio moral e sexual; reajuste do valor das bolsas de graduação e pós graduação pelo INPC em 2023 e 2024; validade do acordo de 1º de setembro de 2022 a 31 de agosto de 2024; PPRS reajustado em 2022 em 8%, que será pago em fevereiro de 2023 em parcela única no valor de R\$ 3.355,73; para 2024, será pago o valor reajustado pelo INPC do período, mais 0,5% e estão mantidas as faixas de renda do PPRS – o banco queria subir de 13% para 16%; de 13% a 23% para 16% a 26%; e acima de 23% para 26%.

Por ocasião do Outubro Rosa, o Santander isentou, durante este mês, a cobrança de coparticipação no plano de saúde das



suas funcionárias para os exames de ultrassonografia de mamas, mamografia, papanicolau, colposcopia e ultrassonografia transvaginal. É reivindicação permanente do movimento sindical a redução dos custos do plano de saúde, além do estabelecimento de um teto nas cobranças dos procedimentos médicos, especialmente da coparticipação.





**1º DE  
MAIO**

O Dia Internacional dos Trabalhadores foi marcado por diversas manifestações em todo o país. Trabalhadores e trabalhadoras, nas ruas e nas redes, se mobilizaram nos atos, com o tema “Emprego, Direitos, Democracia e Vida”. Após dois anos de pandemia, as atividades voltaram a ser presenciais. Na capital paulista, o ato de 1º de maio foi na Praça Charles Muller (Pacaembu), com atrações como Daniela Mercury, Dexter, Francisco El Hombre e KL Jay, entre outras. O ato unificado reuniu a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e as demais centrais sindicais (CGTB, CSB, CTB, Força Sindical, UGT, NCST, Pública, Intersindical).

## **FINANCIÁRIOS**

Os financeiros fecharam acordo de dois anos que mantém todos os direitos previstos na CCT da categoria. Em 2022 houve o reajuste nos salários, inclusive os de ingresso, e demais verbas de natureza econômica em 9% que corresponde a 75% do INPC (acumulado entre 1º de junho de 2021 a 31 de maio de 2022). Para os vales alimentação e refeição o reajuste foi de 12%, ganho real de 0,1%. O INPC, 11,9%, foi aplicado nos valores fixos, teto e parcela adicional da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Além disso, foi concedido abono para todos os trabalhadores no valor de R\$ 800.





# IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Durante todo o ano, o Sindicato denunciou casos de racismo, homofobia, violência contra a mulher e todo tipo de discriminação, reforçando a importância da luta por igualdade de oportunidades.

Atos em todo o país marcaram o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher. Em São Paulo, o ato convocado pela CUT, sindicatos de diversas categorias (entre eles o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro de São Paulo, Osasco e Região) e movimentos sociais se concentraram no Masp, na Avenida Paulista, e saíram em caminhada até a Praça Roosevelt, na região central. O tema das manifestações foi “Pela Vida das Mulheres, Bolsonaro Nunca Mais! Por um Brasil sem machismo, racismo e fome”.

Também no mês de março, a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, em conjunto com senadoras, instituições jurídicas e empresas, assinaram uma carta aberta ao Executivo Federal cobrando a ratificação da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que combate violência e o assédio no trabalho. A carta foi aprovada durante ato em defesa da Convenção 190, como uma medida especialmente importante para as mulheres trabalhadoras, visto que são elas as principais vítimas da violência e dos assédios moral e sexual no ambiente laboral. A ratificação da Convenção 190 da OIT é uma importante bandeira do Sindicato dos Trabalhadores



em Empresas do Ramo Financeiro de São Paulo, Osasco e Região, que promove uma campanha pela sua assinatura, em conjunto com a UNI Global Union (sindicato global que representa mais de 20 milhões de trabalhadores do setor de serviços em 150 países), a CUT (Central Única dos Trabalhadores), e com a Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores de Ramos Financeiro). A 190 entrou em vigência internacional em junho de 2021, mas o Brasil ainda não aderiu à medida. Para que isso ocorra, é necessário que o Congresso aprove proposta enviada pelo presidente Lula em 8 de março de 2023.

No mês de maio, o dirigente do Sindicato, coordenador do Coletivo LGBTQIA+ da entidade, e bancário do Santander, Anderson Pirola, foi eleito conselheiro titular no Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT de São Paulo, no segmento pessoa bissexual. Todos os

demais candidatos apoiados pelo Sindicato também foram eleitos para o Conselho: Alessandra Acedo, titular no segmento Lésbicas; Gustavo Dom, titular no segmento Gays; Iya Fernanda De Moraes, titular no segmento Mulher Transexual/Travesti; e Luiz Fernando Prado, no segmento Homem Trans. Criado em 2010, o Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT de São Paulo é fruto das demandas da sociedade civil, que apontou a necessidade de se criar um organismo institucional voltado à promoção da participação política e controle social das ações públicas de incentivo à cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Fortalecemos o programa Basta, Não Irão nos Calar!, canal de atendimento e acolhimento às mulheres vítimas de violência





doméstica, casos de racismo e pessoas LGBTQIA+ em situação de discriminação motivado pela orientação sexual ou identidade de gênero.

Em junho, diante das graves denúncias de assédio sexual contra o presidente da Caixa, o Sindicato realizou diversos atos e pediu a exoneração imediata de Pedro Guimarães do cargo. Na mesa de negociação com a Fenaban, o movimento sindical cobrou a melhoria nos canais de denúncia e proteção às bancárias vítimas de violência. Esse canal foi mais uma conquista pioneira da

categoria bancária e foi assinado com a Fenaban em março de 2020. Os representantes dos trabalhadores reivindicaram maior rigor na apuração de casos de assédio sexual, com total apoio às vítimas e punição aos assediadores; reivindicaram ainda maior participação de negras e negros e de PCDs nos bancos, com oportunidades melhores de ascensão na carreira. A Fenaban se comprometeu a priorizar o combate ao assédio sexual, bem como as questões de igualdade de oportunidades, e afirmou ser a favor da igualdade de gênero no ambiente de trabalho.



# TRAVESSIA

A entidade dos trabalhadores, como um Sindicato Cidadão, tem o compromisso com toda a sociedade. E criou, em 1995, a Fundação Projeto Travessia, que se dedica a lutar pela garantia dos direitos protetivos da criança e do adolescente em situação de rua e em situação de risco no centro de São Paulo, endereço de sua sede e região onde se encontram muitos jovens nessa condição. Ao longo de seus 25 anos realizou mais de 30 projetos e, desde abril de 2019, a Fundação desenvolveu o “Projeto LUME Centro - Educação

Sócio Protetiva na Rua”, em convênio com a SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania/FUMCAD - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. O objetivo do projeto foi contribuir, via atendimento direto, para a saída das ruas, de crianças e adolescentes que estivessem nessa condição, prioritariamente no centro de São Paulo. O Projeto foi desenvolvido em parceria com outras instituições, por equipe capacitada de educadores sociais, visando reconstruir e fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

# COMITÊ BETINHO

O Comitê Betinho, parceiro do Sindicato que leva adiante o legado e a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, do sociólogo Herbert de Souza, realizou diversas campanhas, em 2022, para

arrecadar recursos para a compra de mantimentos e produtos de higiene e limpeza. Além da distribuição de cestas básicas à população, esteve em parceria com a Rede Rua na campanha Bancário Solidário,

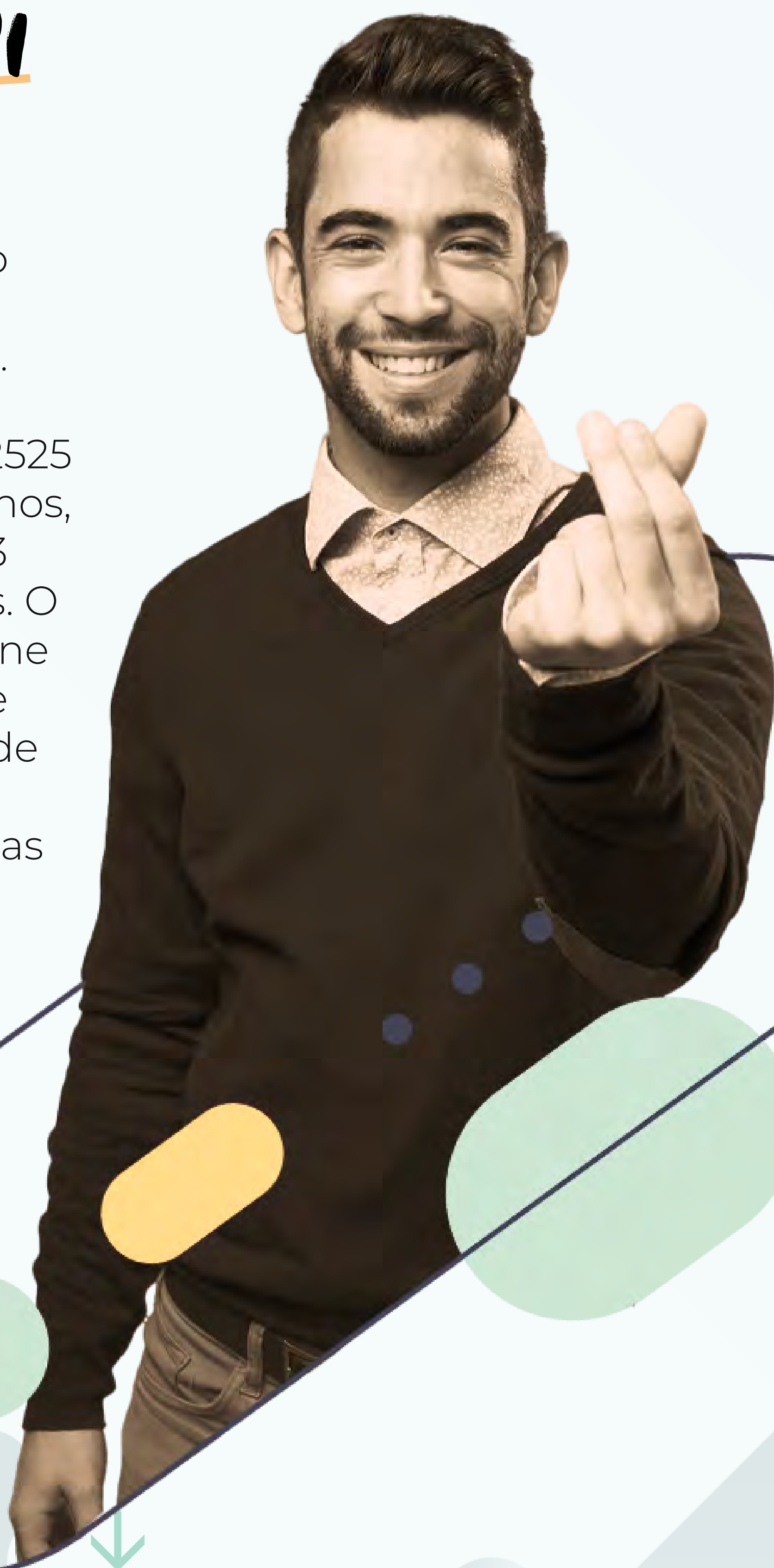


com a doação de toneladas de alimentos entregues para a Rede Rua, responsável pelo preparo das refeições para pessoas em situação de rua na Quadra dos Bancários. No final do ano de 2022, a associação Rede Rua recebeu o prêmio “Salva de Prata”,

pelo trabalho desenvolvido no resgate da cidadania e direito à vida digna da população em situação de rua da capital paulista. A homenagem foi concedida em sessão solene da Câmara de Vereadores de São Paulo.

## BANCREDI

A parceria com a cooperativa de crédito (Bancredi) a cada ano consolida seu sucesso. Somente em 2022, a cooperativa recebeu 2525 pedidos de empréstimos, que totalizaram R\$ 9,3 milhões aos bancários. O empreendimento reúne 4.223 cooperados, que encontram na entidade formas de buscar soluções mais humanas para pagamentos, despesas mensais ou investimentos.



# SINDICATO CIPADÃO

Foram inúmeras paralisações e atos durante o ano contra as reformas que ameaçavam retirar os direitos dos trabalhadores. Em 2022, o Sindicato esteve mobilizado na luta de toda a sociedade brasileira pelo fortalecimento da democracia e o desenvolvimento do país.

No início do ano, representantes do Sindicato estiveram em Brasília, junto com representantes das centrais sindicais, para defender os direitos da categoria bancária e dos trabalhadores. Foram realizadas agendas na Câmara dos Deputados, Senado Federal e Tribunal Superior do Trabalho (TST). No Congresso e TST, foram entregues a Agenda Legislativa das Centrais Sindicais, a Agenda Jurídica das Centrais Sindicais no STF, além da Pauta da Classe Trabalhadora, documento aprovado na segunda Conferência da Classe

Trabalhadora (Conclat), no qual estão reunidas dezenas de reivindicações dos trabalhadores que servirão de base para a mobilização, e que também foram entregues aos candidatos à Presidência.

Após muita mobilização e pressão dos trabalhadores, entre eles os bancários, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei (PL) 581/2019, de autoria do senador Álvaro Dias (Podemos-PR) de relatoria do senador Irajá (PSD-TO), que aplica à PLR (Participação nos Lucros e Resultados) paga aos trabalhadores o mesmo regime jurídico tributário dos lucros e dividendos dos sócios e acionistas de empresas. Ou seja, o PL 581/2019 propõe a isenção do imposto de renda na PLR.

O movimento sindical também se manifestou contrário ao Projeto de



Lei (PL) nº 795/2022, que retira funções do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência - CONADE e impede que integrantes da Instituição a ser criada sejam filiados a partidos políticos. Em abril, o Coletivo Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras com Deficiência da CUT Brasil participou de reunião na Liderança do PT no Senado para tratar da tramitação do PL. Para encaminhar a pauta, ficou acertada a instalação de grupo de trabalho, formado por sindicalistas e assessores da Liderança do PT no Senado, para aprofundar o debate.

Os bancários se mobilizaram contra a MP 1.108, que atacou o controle da jornada de trabalho e o recebimento de horas extras pelos bancários. A MP permite a contratação por produção e por tarefa, com celebração de acordo individual entre patrão e empregado. Aprovada pelo Congresso Nacional, em 3 de agosto deste ano, a

Medida Provisória (MP) nº 1108/22, do governo de Jair Bolsonaro, mudou as regras do teletrabalho e do uso do vale-refeição e do vale-alimentação.


Após mobilização dos trabalhadores, a MP 936 (que ampliava a jornada dos bancários de 30 para 40 horas semanais); a MP 905 (que pretendia liberar o trabalho dos bancários aos sábados); e a MP 1045 (que retirava, por meio de acordo individual ou coletivo, a jornada de seis horas dos bancários, reduzindo o adicional das horas extras) - foram derrubadas. O PL 1043/19, que permite a abertura de agências bancárias aos sábados e domingos, para atendimento ao público, também saiu de pauta após mobilização.

O Sindicato também se mobilizou contra o fim da ultratividade. Seis dos onze ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votaram contra a manutenção do



Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) vencidos até a fixação de novo. O mecanismo, que tem o nome técnico de ultratividade, garantia que, enquanto um novo acordo era negociado valiam as cláusulas com conquistas relacionadas às condições de trabalho, benefícios, reajustes salariais, piso salarial, jornada de trabalho, vale-refeição, vale-transporte e plano de saúde, entre outros benefícios. O STF concluiu o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 323, que discute a ultratividade de normas coletivas e votou contra os trabalhadores.

Em junho, o Congresso Nacional prorrogou, por mais 60 dias, a vigência da MP 1113/2022, que substitui a perícia presencial pela avaliação documental na análise para concessão dos benefícios previdenciários e auxiliares, dificultando assim o acesso do trabalhador aos benefícios do INSS por incapacidade temporária. O Sindicato orientou os bancários e



A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO (CONTRAF-CUT) E DEMAIS ENTIDADES SINDICAIS REPUDIARAM MAIS UMA VEZ A MEDIDA PROVISÓRIA (MP) Nº 1116/2022, DESTA VEZ, DURANTE AUDIÊNCIA NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CMULHER) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.





bancárias e cidadãos em geral a expressarem seu repúdio votando “NÃO” à MP 1113 nas enquetes dos sites da Câmara dos Deputados e do Senado. Apesar das mudanças, o Sindicato orientou aos bancários que marcassem perícia presencial para doenças do trabalho – como depressão, ansiedade, síndrome do pânico e demais transtornos mentais; e LER/Dort – uma vez que, desta forma, são maiores as chances de o trabalhador obter o benefício acidentário (B-91).

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e demais entidades sindicais repudiaram mais uma vez a Medida Provisória (MP) nº 1116/2022, desta vez, durante audiência na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMulher) da Câmara dos Deputados. A MP, vendida pelo governo Bolsonaro como um programa para empregar mais mulheres,

na verdade prejudica ainda mais a inserção das trabalhadoras no mercado de trabalho. Ainda conforme a MP 1116, durante o período de suspensão do contrato de trabalho, a mulher recebe uma bolsa de qualificação, com valor inferior a um salário mínimo.

Em dezembro, o PL 817/22, de autoria do deputado Kim Kataguiri (União) - que ameaça o direito de greve dos bancários, ao propor alterações na Lei 7.783, de 1989, a Lei de Greve, definindo meios eletrônicos de pagamentos e transferências como serviços essenciais - foi retirado da pauta da sessão da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), na Câmara dos Deputados. A retirada de pauta representou uma grande vitória para a categoria bancária, uma vez que o projeto estava pronto para ser apreciado pelos parlamentares.



# INTERNACIONAL

Destaque para a atuação do Sindicato no Fórum Social Mundial e nas reuniões da UNI Global Union, UNI Finanças Mundial, UNI Américas, UNI Américas Finanças, UNI jovens e UNI Mulheres, em 2022.

Durante o processo eleitoral da Colômbia, no mês de março, o pleito contou com 700 observadores, organizados pela MOE (Movimento de Observação Eleitoral). Destes, 85 eram observadores internacionais. Entre eles, 29 bancários brasileiros, incluídos a diretora do Sindicato e presidenta da UNI Finanças Mundial, Rita Berlofa, e o secretário de Relações Internacionais da Contraf-CUT, Roberto von der Osten.

Em maio, o Sindicato esteve representado em mais uma etapa das Jornadas Internacionais de Sistemas de Pensão, promovidas pela UNI Global Union e por sua representação regional, a UNI Américas Finanças, em Montevideú, Uruguai. Representantes da Argentina, Brasil, Chile,

Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Paraguai, Peru e Uruguai participaram da jornada e destacaram a situação da seguridade social em seus países.


Também no mês de maio, o Comitê Diretivo da UNI Américas debateu diversos aspectos da conjuntura mundial que afetam os trabalhadores. O Sindicato esteve representado por sua secretária-geral, Neiva Ribeiro, que também representou a Contraf-CUT na reunião; por sua diretora executiva e presidenta da UNI Américas Juventude, Lucimara Malaquias; e por seu dirigente e ex-diretor Márcio Monzane, que atualmente é secretário-geral da UNI Américas e coordenou os trabalhos. Entre os temas abordados estiveram a pandemia de Covid-19; a guerra entre Rússia e Ucrânia; a missão de observação eleitoral na Colômbia, que contou com dirigentes bancários do Sindicato; o processo de constituinte no Chile; além da Conferência da UNI Américas, que será realizada em junho, em Fortaleza.



No mês de junho, foi realizado, em Fortaleza, o Fórum de Sindicalização de Jovens da Uni Américas 2022, com a participação de trabalhadores de diversos países da América Latina e dos Estados Unidos. O evento fez parte da 5ª Conferência UNI Américas, reunindo cerca de 600 dirigentes sindicais de 24 países e 124 organizações. O encontro discutiu temas como inserção dos trabalhadores nas redes sociais, sobretudo a partir da pandemia da Covid-19, organização e mobilização, estratégias para combater as mensagens antissindicais, militância nas redes, além de estratégias de luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora nos diversos países. Durante o evento, sindicalistas da Aliança Latino-Americana em Defesa dos Bancos Públicos se reuniram no centro financeiro da cidade de Fortaleza, no bairro Aldeota, numa grande manifestação em defesa dos bancos públicos.

No mês de julho foi realizada a IV Oficina de Formação da Uni Juventude Brasil. O evento reuniu jovens sindicalistas de todo o Brasil, e debateu a atual conjuntura econômica e social do país e os desafios da juventude para o próximo período.

Em setembro, cerca de 700 jovens de mais de 100 países estiveram reunidos na cidade de Assis, na Itália, a convite do Papa Francisco, para debater a construção de um modelo econômico pautado na inclusão, justiça social e cooperação. Dentre os principais temas debatidos no evento “Economia de Francisco” estão finanças para a humanidade, negócios para a paz; economia do cuidado; agricultura e justiça. O Brasil tem a segunda



**EM SETEMBRO, CERCA DE 700 JOVENS DE MAIS DE 100 PAÍSES ESTIVERAM REUNIDOS NA CIDADE DE ASSIS, NA ITÁLIA, A CONVITE DO PAPA FRANCISCO, PARA DEBATER A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO ECONÔMICO PAUTADO NA INCLUSÃO, JUSTIÇA SOCIAL E COOPERAÇÃO**



maior delegação do encontro, e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro de São Paulo, Osasco e Região estava representado por Lucimara Malaquias, secretária executiva de Estudos Sócio-econômicos (Sese) da entidade e presidenta de Juventude da Uni Américas.

Em outubro, jovens sindicalistas, de oito países da América Latina, dos mais variados setores, se reuniram em Santiago, no Chile, na oficina Juventude e Primeiro Emprego, promovida pela UNI Américas, braço continental da Uni Global Union, sindicato global que reúne entidades de 140 países. Durante o encontro, a juventude sindicalista latino-americana debateu e trocou experiências sobre temas como, por exemplo, a conjuntura política e econômica do Chile; o momento político no Brasil e os desafios das eleições presidenciais; o novo mundo do trabalho

pós pandemia, que engloba trabalhadores temporários e de plataformas digitais; e a importância dos sindicatos na representação e defesa dos direitos destes trabalhadores.

Em novembro, a diretora executiva do Sindicato Lucimara Malaquias assumiu a presidência mundial da Juventude da UNI Global Union, passando a representar as pautas mundiais dos jovens trabalhadores na UNI. Lucimara é bancária do Santander e coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do banco espanhol. A UNI Global Union é um sindicato mundial que representa mais de 20 milhões de trabalhadores dos setores de serviços em todo o mundo, ao qual o Sindicato é filiado.



# DESEMPENHO SOCIAL

## 1. Assessoria jurídica

O ano de 2022 foi de luta na esfera jurídica para o Sindicato. Nesse período, a entidade orientou diversas ações em defesa dos trabalhadores que se sentiram lesados pelos empregadores, inclusive terceirizados.

O departamento jurídico recebeu em 2022, via central de atendimento, 3.022 solicitações para atendimento cível,

trabalhista, previdenciário, violência contra mulher e abertura de procedimentos de CCV/CCP (este último é o pedido de conciliação extrajudicial decorrente do contrato de trabalho). Desses atendimentos, muitas orientações e consultas foram dadas e, em outras situações, houve ingresso de ações judiciais.

### *Sobre pedidos e acordos de CCV e CCP:*

#### **CCV-Itaú Unibanco**

Foram 1017 acordos, no valor de R\$ 66.749.973,75.


#### **CCV- Caixa**

Auxílio alimentação após aposentadoria  
Cinco acordos, no valor de R\$ 659.338,00  
Reflexos sobre auxílio alimentação  
Um acordo, no valor de R\$ 8.483,26

#### **CCP- Banco do Brasil**

Dois acordos no valor de R\$ 258.522,57





ACIONADA  
PELO JURÍDICO  
DO SINDICATO,  
A JUSTIÇA DO  
TRABALHO  
DETERMINOU A  
REINTEGRAÇÃO  
DE UMA  
BANCÁRIA DO  
ITAÚ DESLIGADA  
POR DUAS VEZES  
PELO BANCO,  
MESMO ESTANDO  
EM TRATAMENTO  
CONTRA UM  
CÂNCER DE  
MAMA

## **Destques durante o ano de 2022:**

A 28ª Vara do Trabalho em São Paulo determinou, em caráter de tutela antecipada, que funcionários do Banco do Brasil lotados em prédios administrativos ou departamentos, sem atendimento ao público, fossem recolocados em home office. A decisão da juíza foi uma resposta à ação de autoria do Sindicato. Na decisão, a juíza também determina que o Banco do Brasil volte a adotar o protocolo de segurança que previa o fechamento de dependência do banco (agências ou departamentos) para sanitização quando algum trabalhador tivesse testado positivo para Covid-19 e estado presente na unidade em até 72 horas anteriores. O BB havia alterado, no dia 4 de janeiro, sem qualquer negociação com o Sindicato, seu Manual do Trabalho Presencial (o protocolo de segurança contra covid), retirando do manual esta medida, que é fundamental para deter as contaminações entre trabalhadores e clientes da instituição financeira.

Em abril, o Sindicato conseguiu reintegrar um bancário do Bradesco que havia sido demitido na estabilidade pré-aposentadoria, em outubro de 2020. O banco se recusou a cancelar a sua demissão e, em



março deste ano, a Justiça determinou a reintegração.

No mês de maio, o Sindicato conseguiu nova vitória na ação judicial que pleiteia o pagamento de adicional de periculosidade aos funcionários dos prédios Prata e Cinza da matriz do Bradesco (Cidade de Deus). Ao julgar recurso apresentado pelo banco, o ministro relator no Tribunal Superior do Trabalho proferiu decisão afirmando que os argumentos do Bradesco não prosperaram, uma vez que não trouxeram elementos que provassem suas alegações e fossem capazes de modificar o que até agora foi decidido a favor dos trabalhadores.

Após desrespeitar por meses uma decisão da Justiça brasileira, o Santander finalmente acatou a sentença e reintegrou um bancário do Radar que havia sido demitido durante período de estabilidade pré-aposentadoria, o que contraria um direito previsto na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria. O trabalhador foi demitido em julho de 2020 e procurou o Sindicato, que acionou

a Justiça. A decisão determinando sua reintegração imediata – bem como o pagamento retroativo dos salários no período em que estava demitido e o restabelecimento do plano de saúde do bancário – saiu em março de 2022, porém o Santander demorou mais de três meses para acatá-la e reintegrar de fato o trabalhador. A sentença foi da juíza Kátia Bizzetto, da 11ª Vara do Trabalho da Zona Sul de São Paulo.

Acionada pelo Jurídico do Sindicato, a Justiça do Trabalho determinou a reintegração de uma bancária do Itaú desligada por duas vezes pelo banco, mesmo estando em tratamento contra um câncer de mama. A bancária descobriu a doença em abril de 2021, e mesmo tendo comunicado ao banco, foi demitida por seu gestor



**EM ABRIL, O SINDICATO CONSEGUIU REINTEGRAR UM BANCÁRIO DO BRADESCO QUE HAVIA SIDO DEMITIDO NA ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA, EM OUTUBRO DE 2020**



em maio do mesmo ano. Ela procurou o Sindicato, que primeiro tentou reverter o desligamento sem precisar acionar a Justiça, mas a resposta do banco foi negativa. Diante disso, o Sindicato, por meio de seu departamento jurídico, conseguiu uma liminar que determinava sua reintegração imediata, poucos dias após sua primeira demissão.

A juíza que assinou a liminar determinou sua reintegração com base na Súmula 443 do Tribunal Superior do Trabalho, que considera como dispensa discriminatória o desligamento de trabalhadores em tratamento para algumas doenças como câncer, que era o caso da bancária.

Ao arquivar ação sobre demissões em massa na Vila Santander, em 2018, por entender que o objeto da ação já está contemplado em ação do Sindicato sobre condutas antissindicais por parte do banco Santander, a procuradora Emilie Margret Henriques Neto, do Ministério Público do Trabalho (MPT), reconheceu que as demissões em massa promovidas pelo Santander

configuram prática antissindical.

O Sindicato obteve uma nova vitória na ação de 7ª e 8ª horas do cargo de Assistentes de Negócios (Rede Varejo - Agência Estilo e Agência Varejo). Em decisão favorável aos bancários, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) rejeitou mais um recurso do Banco do Brasil contra a sua condenação na ação. Com mais esta decisão favorável aos trabalhadores, as possibilidades de recursos por parte do Banco do Brasil estão se esgotando e o efeito prático dos mesmos se resume a protelar o processo, uma vez que as chances de reverter a decisão são pequenas.

A 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10) confirmou a condenação ao Santander por danos morais coletivos em razão de metas abusivas, adoecimentos mentais e assédio moral. Segundo a decisão, o banco terá que pagar uma indenização de R\$ 275 milhões. O processo é resultado de uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do





## O SINDICATO OBTEVE UMA NOVA VITÓRIA NA AÇÃO DE 7ª E 8ª HORAS DO CARGO DE ASSISTENTES DE NEGÓCIOS (REDE VAREJO - AGÊNCIA ESTILO E AGÊNCIA VAREJO).

Trabalho (MPT) que pedia indenização de R\$ 460 milhões e contou com a assistência do movimento sindical. Segundo o MPT, “a conduta ilícita do banco reveste-se de elevada gravidade”. Ao exigir dos bancários metas abusivas e cobranças excessivas, comete assédio moral, grave violação aos preceitos constitucionais que asseguram o trabalho decente, a saúde, a vida digna e a redução dos riscos inerentes ao trabalho”. De acordo com a decisão da Justiça, o banco está proibido de adotar metas abusivas e não permitir, tolerar ou praticar, por seus gestores e prepostos, práticas que configurem assédio moral, como humilhações, xingamentos, ameaças de demissões, constrangimentos, coação, agressão, perseguição, entre outros

Em ação movida pelo Sindicato, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região (São Paulo) manteve decisão que condenou o Banco do Brasil a pagar as 7ª e 8ª horas trabalhadas como horas extras para os bancários que ocupam a função de assessor sênior de tecnologia da informação, na Gecap. A sentença abrange os bancários lotados na base do Sindicato – que engloba São Paulo e outros 15 municípios da sua região metropolitana –, e trabalham ou trabalharam na Gecap entre novembro de 2006 até a alteração da jornada em 2013.


Em ação judicial movida pelo Sindicato, a Justiça do Trabalho determinou que a Caixa pague aos empregados lotados na base territorial da entidade o valor que deixou de ser creditado em 2020 a título da PLR Social. A decisão é em primeira instância, e a direção do banco ainda pode recorrer da sentença. O Acordo Coletivo de Trabalho da Caixa (ACT) ratificado em 2020 pela direção da Caixa estabelece que o pagamento da PLR Social corresponde a 4% do lucro líquido do banco. Apesar disto, pela primeira vez a direção da Caixa desrespeitou os trabalhadores e pagou apenas 3% do resultado do banco.



## 2. Comunicação

O Sindicato continua disponibilizando aos trabalhadores diversos meios de comunicação. Em um cenário de isolamento social imposto pela pandemia do novo coronavírus, as redes sociais tiveram um papel central para a mobilização dos trabalhadores. Foram feitas uma série de mobilizações virtuais, principalmente tuitaços durante todo o ano. As redes sociais ganharam força.

O Sindicato também manteve apoio à Rede Brasil Atual e a TV dos Trabalhadores, a TVT – e produz informação alternativa ao conteúdo da grande mídia. O Sindicato também continuou como uma das mantenedoras da Fundação Sociedade de Comunicação Cultura e Trabalho que integra a TV dos Trabalhadores, a TVT – e a Rádio Brasil Atual, 98.9, que produzem informações alternativas ao conteúdo da grande mídia.

 **53.224 mil**  
SEGUIDORES

ALCANCE

**561.508**

PESSOAS ÚNICAS


TOTAL DE INTERAÇÕES:

**366.603**

 **21.158 mil**  
SEGUIDORES

ALCANCE

**98.665**


 **25.994 mil**  
SEGUIDORES

ALCANCE

**7.862.574**

 **1.055 mil**  
SEGUIDORES

INTERAÇÕES **753**

 **1.944.927 mil**  
USUÁRIOS

VISUALIZAÇÕES  
DE PÁGINA

**6.560.71**




### 3. Cultura e cidadania

A Quadra dos Bancários foi cedida para que os ensaios da Escola Vai Vai até o carnaval de 2022. Trouxe movimentação financeira para a região e se transformou em um ponto de cultura e samba na cidade. Para a categoria bancária, a parceria manteve descontos nos ensaios e fantasias para o desfile. A parceria também contribuiu para o Bancário Solidário, com arrecadação de alimentos em todos os ensaios.

Em 2022, a Secretaria Cultural manteve a elaboração de atividades lúdicas de rua e auxílio dos coletivos de banco e de outras secretarias na criação, execução e contratação de artistas para atividades de rua, com a realização de atividades lúdicas em agências e locais de trabalho, como forma de manifestação e protestos nos bancos.

No dia 16 de abril, o Sindicato dos Bancários completou 99 anos, e para comemorar a data, a diretoria da



O SINDICATO MANTEVE O PROJETO CINEB SOLAR EM PARCERIA COM A BRAZUCAH PRODUÇÕES, CUJA PROPOSTA É LEVAR CINEMA NACIONAL, DE FORMA GRATUITA, À POPULAÇÃO CARENTE DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO.



entidade preparou uma programação cultural com MPB e cinema nacional, com Música & Resistência e homenagem a Aldir Blanc; a estreia de Pureza do CineB e, ainda, o FIFA Virtual, que foi o torneio de videogame. E para comemorar o Dia do Bancário, em setembro, realizamos a tradicional Festa do Chope.

No mês de julho, após mais de dois anos com suas atividades interrompidas por conta da pandemia de Covid-19, o Espaço Cultural Lélia Abramo, que fica na Regional Paulista do Sindicato, recebeu o show Aquelas Canções, do Duo Camaleão.

O Sindicato manteve o projeto CineB Solar em parceria com a Brazucah Produções, cuja proposta é levar cinema nacional, de forma gratuita, à população carente de São Paulo, Osasco e região. Em 16 anos de projeto, já percorreu 161 bairros da cidade de São Paulo e 23 cidades fora de São Paulo, democratizando o cinema brasileiro. Durante estes anos exibimos 160 longas-metragens e 109 curtas-metragens;

além da realização de pré-estreias exclusivas. O projeto já atingiu um público de 87 mil espectadores. Além das exibições públicas em bairros, ruas, praças e entidades comunitárias, o projeto também realiza sessões gratuitas dentro de universidades, com o projeto CineB Universidade. Desde 2010 foram 78 sessões em Universidades de São Paulo, com a presença de 9.700 alunos e professores, sempre com debates seguidos da exibição em instituições de ensino parceiras do CineB. Transformando os auditórios das Universidades em salas de cinema. Através do CineB Solar, muitas pessoas pela primeira vez tiveram a experiência de assistir a um filme no cinema. Destaque em 2022 foi a exibição do filme que foi sucesso de bilheteria no Brasil: "Medida Provisória" de Lázaro Ramos, exibido em escolas públicas com debate após a exibição do filme, com a participação de alunos e professores das mesmas. E a pré-estreia do filme "PUREZA" de Renato Barbieri na Regional Paulista do Sindicato dos Bancários de SP.



## 4. Faculdade 28 de Agosto e Centro de Formação Profissional

Fruto da experiência de quase 20 anos do Sindicato no seu Centro de Formação Profissional (CFP), é a primeira instituição de ensino superior gestada por uma entidade sindical. Em 2022 ofereceu cursos livres e de extensão, a maioria voltada para os trabalhadores do setor financeiro, como o CPA-10 da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), o CPA-20 e o curso de preparação para a prova de CEA. Também foram disponibilizados os cursos: “Transformações do Sistema Financeiro na Era Digital”; “Paternidade Responsável e “Relações Compartilhadas”, “Assédios & outras relações abusivas: o que são, como evitá-los, como enfrentá-los”; “Finanças Pessoais: o que saber para não errar” e o novo curso “Gestão ESG: A hora e a vez dos negócios sustentáveis”, ministrado pela doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP e coordenadora da equipe



de pesquisa no Instituto Observatório Social, Profa. Dra. Lilian Rose Arruda. Os cursos de certificação (CPA 10, CPA 20 e CEA) são 100% presenciais e os demais, 100% virtuais, podendo atender bancários do país.

## 5. Espaço Lélia Abramo

Após mais de dois anos com suas atividades interrompidas por conta da pandemia de Covid-19, o Espaço Cultural Lélia Abramo, que fica na Regional Paulista do Sindicato, voltou a funcionar a partir do mês de julho.



## 6. Esporte e lazer



Diversas atividades esportivas foram realizadas em 2022. Em maio, aconteceu o 5º Torneio dos Bancários Fifa 2022, em parceria com o Campeonato Gamer. Com o avanço da vacinação, muitas atividades voltaram a ser presenciais, como a Copa de Futsal 2022 e o 4º Torneio de Pesca em Trio 2022. No fim do ano foram realizadas a XIII Copa Society; o 18º Torneio de Truco o 8º Torneio de Pôquer e o 12º Torneio de Pesca em Dupla.

## 7. Saúde

Foi um ano de mobilização após a revisão das normas regulamentadoras durante o governo Bolsonaro, para desproteger a saúde dos trabalhadores, precarizar as condições e as relações de trabalho, diminuir a participação dos trabalhadores no local de trabalho no que se refere a saúde e a segurança, e diminuir a proteção do Estado. No plenário do Senado, foi aprovado no dia 3 de agosto, a medida provisória que promoveu mudanças no modelo de análise de pedidos de benefícios ao INSS e dispensa a passagem por exame da perícia médica federal para requerimentos de Auxílio por Incapacidade Temporária Previdenciário – B31 (antigo Auxílio-Doença).

Paralelamente à MP 1113, foi publicada no dia 29 de julho portaria Conjunta do Ministério do Trabalho e Previdência e do INSS, que dispõe sobre as regras para análise da incapacidade laboral e concessão do benefício de auxílio por

**REALIZAMOS  
ALERTA SOBRE AS  
CAMPANHAS DE  
VACINAÇÃO COVID  
E INFLUENZA, CADA  
VEZ QUE SURGIA  
UM CALENDÁRIO**



incapacidade temporária previdenciário, através da análise documental realizada pelo INSS, sem necessidade de realização da Perícia Médica presencial. Apesar das mudanças, o Sindicato orientou os bancários que marquem perícia presencial para doenças do trabalho – como depressão, ansiedade, síndrome do pânico e demais transtornos mentais; e LER/Dort – uma vez que, desta forma, são maiores as chances de o trabalhador obter o benefício acidentário (B-91).

Em 2022, os candidatos

apoiados pelo Sindicato foram eleitos para o conselho gestor dos Centros de Saúde em Referência do Trabalhador (CRST). Os conselheiros eleitos ficarão no cargo até 2024. Os CRSTs estão vinculados à Secretaria Municipal de Saúde. Ao todo são seis unidades dotadas de estrutura voltada para o auxílio gratuito ao cidadão, com ou sem carteira de trabalho; e têm a função de diagnosticar doenças e acidentes decorrentes da atividade profissional.

### **ENCONTROS DE SAÚDE NO MÊS DE ABRIL:**

Por meio de parceria com a Clínica do Trabalho do curso de Psicologia da PUC-SP, a Secretaria de Saúde do Sindicato dos Bancários promoveu nova edição dos Encontros de Saúde dos Bancários. Os encontros são espaços por meio dos quais os bancários e bancárias poderão conversar com profissionais de psicologia sobre problemas comuns nas instituições financeiras e que afetam a saúde mental e física da categoria.

Em julho, diante do Monkeypox, durante a Campanha Nacional Unificada dos Bancários 2022, o Sindicato cobrou dos bancos

que negociem, formulem e implementem com urgência protocolos de prevenção nos locais de trabalho, assim como para casos de suspeita ou confirmação de contaminação entre os trabalhadores das unidades.

Realizamos alerta sobre as campanhas de vacinação COVID e Influenza, cada vez que surgia um calendário. E reivindicamos o fim do assédio moral e as doenças relacionadas ao trabalho durante todo o ano, cobrando a responsabilidade dos bancos e pautando os banqueiros na mesa de Negociação da Campanha Nacional.





## 8. Gestão financeira

Os investimentos na luta da categoria e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária só são possíveis devido à criteriosa e responsável gestão financeira da entidade. As questões passam por profunda análise e todas as ações contam com total transparência, por meio da divulgação dos balanços anuais e de prestação de contas que passam por apreciação dos sindicalizados em assembleias.

### Recuperação de Direitos dos Bancários

Tipos de Ações	Qtde. de Ações		Qtde. de Beneficiários		Valor das Ações em mil	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ações Coletivas	0	4	0	351	-	944.572
Ações Individuais	565	767	565	767	59.914.265	79.249.189
CCV/CCP Conciliações de Comissões Voluntárias e Prévias	1.025	863	1.025	863	67.676.318	54.343.069
<b>Total Global</b>	<b>1.590</b>	<b>1.634</b>	<b>1.590</b>	<b>1.981</b>	<b>127.590.583</b>	<b>134.536.830</b>





## Agregando valor à comunidade

### a) <sup>1</sup>Responsabilidades Sociais do Sindicato

<b>Responsabilidades Sociais do Sindicato</b>						
	<b>2022</b>			<b>2021</b>		
1. BASE DE CÁLCULO	R\$ mil			R\$ mil		
1.1 Receita Bruta – RB	84.100,00			77.952,83		
1.2 Superávit Operacional –SO	9.701,11			2.719,30		
1.3 Folha de Pagamento – FP	19.543,87			20.332,70		
2. INDICADORES LABORAIS	R\$ mil	%FP	%RB	R\$ mil	%FP	%RB
2.1.1 Alimentação	3.480,49	17,81	4,14	3.107,28	15,28	3,99
2.1.2 Encargos Sociais Compulsórios <sup>2</sup>	3.005,62	15,38	3,57	3.620,77	17,81	4,64
2.1.3 Seguro de Vida	29,68	0,15	0,04	22,06	0,11	0,03
2.1.4 Convênio Médico e Odontológico	1.708,73	8,74	2,03	1.733,76	8,53	2,22
2.1.5 Complementação Aux. Incapacid. Temporária	1,24	0,01	0,00	30,07	0,15	0,04
2.1.6 Auxílio-Creche	33,97	0,17	0,04	32,11	0,18	0,04
2.1.7 Vale-Transporte	104,60	0,54	0,12	45,07	0,22	0,06
2.1.8 Segurança no Trabalho (exames periódicos)	24,02	0,12	0,03	19,21	0,09	0,02
2.1.9 Desenv. Profissional e outros benefícios	192,99	0,99	0,23	176,75	0,87	0,23
Total = Indicadores Laborais (2.1.1 a 2.1.9)	<b>8.581,34</b>	<b>43,91</b>	<b>10,20</b>	<b>8.787,08</b>	<b>43,22</b>	<b>11,27</b>
3. INDICADORES SOCIAIS	R\$ mil	%SO	%RB	R\$ mil	%SO	%RB
3.1 Tributos (exceto encargos sociais)	10.612,68	109,40	12,62	122,32	4,50	0,16
3.2 Contribuições p/ a Cidadania	1.315,64	13,56	1,56	1.084,41	39,88	1,39
Total = Indicadores Sociais (3.1 a 3.2)	<b>11.928,32</b>	<b>122,96</b>	<b>14,18</b>	<b>1.206,74</b>	<b>44,38</b>	<b>1,55</b>
4. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
4.1 Estado Civil						
4.1.1 Solteiros	60	35	25	63	33	30
4.1.2 Casados/União estável	97	63	34	94	63	31
4.1.3 Divorciados/Desquitados	8	6	2	13	7	6
4.1.4 Viúvos	1	0	1	0	0	0
4.2 Formação Escolar						
4.2.1 Superior (pós-graduação, mestrado e doutorado)	8	4	4	17	10	7
4.2.2 Superior (graduação)	49	29	20	49	32	17
4.2.3 Segundo Grau (Ensino Médio)	86	56	30	80	43	37
4.2.4 Primeiro Grau (Ensino Fundamental)	23	15	8	24	18	6
4.3 Faixa etária dos empregados						
4.3.1 Abaixo de 29 anos	10	7	3	10	3	7
4.3.2 De 30 até 40 anos (exclusive)	21	8	13	35	20	15
4.3.3 Acima de 40 anos	135	89	46	125	80	45
4.4 N° empregados no final período e por sexo	166	104	62	170	103	67
4.5 Cargos gerenciais ocupados por sexo	10	5	5	12	6	6
4.5.1 % cargos em relação totais homens/mulheres	6%	5%	8%	7%	6%	9%
4.5.2 % cargos em relação ao total de gerentes	100%	50%	50%	100%	50%	50%
4.6 N° de admissões no período		16			4	
4.7 N° de Dependentes		240			289	
4.8 N° de Estagiários		5			4	
5. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA						
5.1 Índice de afastamento em 2022	Auxílio-doença 4,82%			Acidente do trabalho 0,00%		
5.2 Nos processos de gestão os órgãos de decisão em 2022 e 2021 foram:						
● Projetos sociais desenvolvidos pelo Sindicato foram definidos						Pela diretoria e empregados
● Padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos						Pela diretoria e empregados
● Na seleção dos fornecedores os mesmos padrões éticos adotados pela Entidade						São sugeridos
● Quanto à participação dos empregados em programas e campanhas sociais, o Sindicato						Apoia, organiza e incentiva.

<sup>1</sup> Adaptação do Modelo Balanço Social desenvolvido pelo IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

<sup>2</sup> Encargos Sociais Compulsórios: foram considerados apenas INSS e FGTS. Quanto às demais verbas, sob essa denominação, entende-se que se trata de direitos trabalhistas.



Os benefícios oferecidos pelo Sindicato aos empregados como auxílio creche, auxílio-doença, seguro de vida, auxílio bolsa, vale-transporte, alimentação, refeição, convênio médico e outros, são no montante de R\$ 8,581 milhões e representam 43,91% sobre a folha de pagamento bruta e 10,20% sobre a Receita Bruta.

## b) Renda Gerada e Distribuída

<b>Demonstração Do Valor Adicionado - DVA (Em Reais)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>1. RECEITAS</b>	<b>80.497.782</b>	<b>74.656.383</b>
1.1 Receitas de Contribuições da Categoria	73.872.248	67.840.776
1.2 Receitas de Serviços e Periódicos	0	91.988
1.3 Outras Receitas	6.625.534	6.723.619
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>53.068.481</b>	<b>52.642.299</b>
2.1 Insumos Consumidos nos Serviços Gráficos	0	15.700
2.2 Utilidades e Serviços	1.823.802	1.621.324
2.3 Material e Serviços de Terceiros	33.657.039	40.635.493
2.4 Despesas com Atividade Sindical	15.445.568	10.299.400
2.5 Perda de Valores Ativos	2.142.071	70.382
<b>3. VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (1-2)</b>	<b>27.429.301</b>	<b>22.014.084</b>
4. RETENÇÕES – (DEPRECIACÕES)	-522.711	-277.233
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>26.906.590</b>	<b>21.736.851</b>
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	19.306.173	6.797.435
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>46.212.763</b>	<b>28.534.286</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>46.212.763</b>	<b>28.534.286</b>
8.1 Pessoal (Remunerações, Direitos Trabalhistas e Benefícios) <sup>3</sup>	17.310.531	17.516.163
8.2 Filiações e Projetos Sociais	5.782.633	4.498.775
8.3 Governo (Impostos, Taxas e Contribuições – INSS e PIS)	12.890.148	2.942.981
<b>8.4 Financiadores</b>	<b>528.337</b>	<b>857.063</b>
8.4.1 Juros e variações cambiais	64.514	93.782
8.4.2 Aluguéis	463.823	763.281
<b>8.5 Superávit do exercício<sup>4</sup></b>	<b>9.701.113</b>	<b>2.719.304</b>

<sup>3</sup> Nas despesas com pessoal, R\$ 11.672,16 foram investidos em auxílio educação em 2022 e R\$ 19.586,24 em 2021;

<sup>4</sup> Desde o exercício de 2016 o superávit do exercício não sofre mais ajustes pela realização da reserva de reavaliação das máquinas e equipamentos gráficos, pois todas já foram totalmente realizadas até 31/12/2015.

Em análise da Demonstração do Valor Adicionado do Sindicato do exercício de 2022 podemos concluir que 65,93% de suas receitas das atividades operacionais agregaram recursos para a economia local, portanto, para gerar uma receita de R\$ 80,497 milhões, foram adquiridos recursos de terceiros, na forma de insumos, no valor de R\$ 53,068 milhões. Desse montante foram consumidos 3,44% com despesas em utilidades e serviços, 63,42% em materiais e serviços de terceiros e 29,10% com despesas em atividades sindicais.

E 4,04% que equivale às perdas de valores ativos com as baixas de imobilizados obsoletos.



A distribuição do valor adicionado foi de R\$ 46,212 milhões, representando 57,41% da Receita Total, com a seguinte distribuição: 37,46% destinados aos empregados, 12,51% às filiações e projetos sociais e 27,89% aos cofres públicos entre impostos, taxas e contribuições – totalizando 44,70% em relação à Receita Total, revertendo em benefícios aos trabalhadores e à sociedade em geral. Ainda destinando 1,14% para remunerar capital de terceiros – financiadores e aluguéis. E finalmente 20,99% para reinvestir no Sindicato - superávit.

Evidencia-se, também, que do total das receitas do Sindicato, 91,77% vêm das contribuições da categoria bancária (sejam sociais e as de negociação coletiva); e 8,23% das receitas patrimoniais e extraordinárias.

## **Agradecimento**

Foi fundamental a inestimável participação e cooperação de inúmeras pessoas e entidades para que se pudesse traçar a trajetória do Sindicato em 2022. Portanto, somos muito gratos aos dirigentes integrantes da diretoria, os quais foram muito firmes e seguros na tomada de decisões de maior impacto. Nosso mais sincero muito obrigado aos associados da entidade e militantes sindicais pela confiança depositada nesta diretoria.

Nossos agradecimentos às entidades de classe, aos parceiros e a todos que, de alguma forma, participaram desse esforço para que o Sindicato se tornasse cada vez melhor.

E de uma forma especial expressamos o nosso reconhecimento ao quadro de funcionários que contribuíram com sua capacidade e dedicação durante todo ano para o cumprimento da missão da entidade.



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
**Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo**  
**CNPJ 61.651.675/0001-95**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em reais)

<b>ATIVO</b>	NE	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>PASSIVO</b>	NE	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>132.944.649,17</b>	<b>120.880.056,23</b>	<b>CIRCULANTE</b>	3.jl	<b>32.785.121,36</b>	<b>30.140.025,48</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		109.839.982,26	101.953.502,20	Fornecedores		1.039.340,29	711.013,11
Caixa e Bancos Conta Movimento		111.950,56	155.815,48	Administração de Processos		11.129.248,04	10.038.503,99
Aplicação Liq. Imediata	3.b	109.728.031,70	101.797.686,72	Impostos e Taxas a Recolher		228.086,89	262.456,87
Cientes/Operações Cartões a Receber	3.c	24.790,52	3.199,83	Encargos Sociais a Recolher		370.902,66	364.801,99
Duplicatas/Op. Cartões a Receber		2.473.019,73	2.541.429,04	Contas a Pagar e Outras Obrigações		3.658.248,29	3.129.482,60
(-) Perda p/ Créditos de Liq. Duvidosa		(2.448.229,21)	(2.538.229,21)	Conting. Fiscais, Judiciais e Outras		14.733.059,03	13.971.299,84
Outros Créditos	3.d	22.348.575,89	18.407.159,82	Férias e Encargos a Pagar		1.626.236,16	1.662.467,08
Despesas Pagas Antecipadamente	3.e	731.300,50	516.194,38				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>55.533.806,12</b>	<b>52.060.644,67</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	3.kl	<b>69.740.494,95</b>	<b>66.438.053,77</b>
Realizável a Longo Prazo	3.f	33.371.155,02	27.898.135,69	Cauções Recebidas (parceirização)		22.454,57	20.013,39
Depósitos Judiciais / Aplic / Tít. a Receber		33.371.155,02	27.898.135,69	Administração de Processos		51.010.169,90	51.010.169,90
Investimentos	3.g	643.836,41	723.287,10	Provisão p/ Conting. Fiscais e Judiciais		18.707.870,48	15.407.870,48
Imóveis (não destinado ao uso)		195.436,78	195.436,78				
Quotas Capital Bancredi		442.772,08	522.222,77				
Outros Investimentos		5.627,55	5.627,55				
Imobilizado	3.h	20.964.017,06	21.510.640,50	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	3.mn	<b>85.952.838,98</b>	<b>76.362.621,65</b>
Bens Imóveis		18.355.591,80	18.318.871,80	Patrimônio Social		49.551.819,29	49.551.819,29
Bens Móveis		13.996.730,81	16.183.595,39	Reserva Reavaliação		12.502.482,82	12.502.482,82
(-) Depreciação Acumulada		(11.388.305,55)	(12.991.826,69)	Superavit Acumulado		23.898.536,87	14.308.319,54
Intangível	3.i	554.797,63	1.928.581,38				
Direito de Uso Software		515.375,56	1.889.159,31				
Marcas e Patentes		39.422,07	39.422,07				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>188.478.455,29</b>	<b>172.940.700,90</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>188.478.455,29</b>	<b>172.940.700,90</b>

IVONE MARIA DA SILVA  
Presidenta

MARIA ROSANI G. A. HASHIZUMI  
Secretária de Finanças

CLAUDIO TEIXEIRA JUNIOR  
Contador - CRCSP 250776/O-4

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021 (Em reais)

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>RECEITA DAS OPERAÇÕES SOCIAIS BRUTA</b>	<b>84.100.002,36</b>	<b>77.952.833,70</b>
Contribuição Social	28.033.895,50	27.634.398,33
Contribuições de Acordo Coletivo	49.440.522,37	43.396.341,59
Contribuições Processos Coletivos	-	104.359,90
Renda Patrimonial (excluído receitas financeiras)	726.192,69	617.116,38
Receitas Extraordinárias / Eventual	5.899.391,80	6.108.629,30
Receita de Serviços e Periódicos	-	91.988,20
<b>Deduções das Receitas</b>		
ISS sobre Faturamento	-	(1.839,76)
Bonificação e Devolução de Contribuições	(3.602.170,28)	(3.294.323,81)
<b>Receita das Operações Sociais Líquida</b>	<b>80.497.832,08</b>	<b>74.656.670,13</b>
Custos dos Serviços Gráficos Prestados	-	(54.908,55)
<b>Superávit Bruto</b>	<b>80.497.832,08</b>	<b>74.601.761,58</b>
<b>Despesas (Receita) das Operações Sociais</b>		
Despesas Administrativas	(66.666.924,52)	(63.714.982,50)
Despesas de Atividades Sindicais	(21.228.201,77)	(14.798.174,73)
Despesas de Venda de Serviços	-	(150,00)
Despesas Extraordinárias	(2.142.071,48)	(70.382,16)
Despesas Financeiras	(65.644,07)	(94.075,33)
Renda Patrimonial Financeira	19.306.123,20	6.795.307,61
<b>Superávit do Exercício</b>	<b>9.701.113,44</b>	<b>2.719.304,47</b>

IVONE MARIA DA SILVA  
Presidenta

MARIA ROSANI G. A. HASHIZUMI  
Secretária de Finanças

CLAUDIO TEIXEIRA JUNIOR  
Contador - CRCSP 250776/O-4



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Descrição	NE	2022	2021
<b>Atividades Operacionais</b>			
Superávit (Deficit) Líquido do Período		9.701.113,44	2.719.304,47
Depreciação e Amortização	3.h	522.710,94	304.277,79
Baixa de Imobilizado		2.142.071,48	70.382,16
Perda (Ganho) na Venda de Bens do Imobilizado/Sinistros		(176.653,04)	(556.399,42)
<b>Superávit (Deficit) Líquido do Período Ajustado</b>		<u>12.189.242,82</u>	<u>2.537.565,00</u>
<b>(Acréscimo) Decréscimo do Ativo Circulante:</b>			
Duplicatas a Receber	3.c	68.409,31	291.465,08
Perda por Créditos de Liquidação Duvidosa	3.c	(90.000,00)	(82.200,00)
Outros Créditos de Curto Prazo	3.d	(9.620.649,13)	2.645.312,54
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.n	(30.261,82)	-
<b>Total do (Acréscimo) Decréscimo do Ativo Circulante</b>		<u>(9.672.501,64)</u>	<u>2.854.577,62</u>
<b>Acréscimo (Decréscimo) do Passivo Circulante:</b>			
Aumento (Redução) de Fornecedores	3.jl	328.327,18	(489.684,40)
Aumento (Redução) de Impostos a Recolher	3.jl	(34.369,98)	(26.777,44)
Aumento (Redução) de Salários e Encargos Sociais	3.jl	6.100,67	(234.605,48)
Aumento (Redução) de Férias a Pagar	3.jl	(36.230,92)	115.912,89
Aumento (Redução) de Outras Obrigações a Pagar	3.jkl	5.683.812,83	4.376.772,87
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.n	316,40	-
<b>Total do Acréscimo (Decréscimo) do Passivo Circulante:</b>		<u>5.947.956,18</u>	<u>3.741.618,44</u>
<b>1 - Caixa Líquido das Atividade Operacionais</b>		<u><u>8.464.697,36</u></u>	<u><u>9.133.761,06</u></u>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
<b>Entradas</b>			
Recebimentos por Venda de Bens do Imobilizado/Sinistros		209.823,81	571.000,00
Recebimentos por Venda/Resgate Invest. Permanente		79.450,69	355.294,01
Recebimentos (reversão) de Depósitos Judiciais	3.f	2.094,41	4,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.n	(80.950,69)	(144.057,33)
<b>Saídas</b>			
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado/Intangível	3.h	(777.546,00)	(948.069,60)
Depósitos Judiciais Efetuados	3.f	(10.986,80)	(4,00)
<b>2 - Caixa Líquido da Atividade de Investimentos</b>		<u><u>(578.114,58)</u></u>	<u><u>(165.832,92)</u></u>
<b>Atividade de Financiamento</b>			
<b>Entradas</b>			
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	3.kl	-	102,72
<b>Saídas</b>			
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	3.kl	(102,72)	-
<b>3 - Caixa Líquido da Atividade de Financiamento</b>		<u><u>(102,72)</u></u>	<u><u>102,72</u></u>
<b>CAIXA GERADO NO PERÍODO</b>		<u><u>7.886.480,06</u></u>	<u><u>8.968.030,86</u></u>
<b>4 - Saldo Anterior de Caixa ou Equivalente</b>		<u>101.953.502,20</u>	<u>92.985.471,34</u>
<b>5 - SALDO ATUAL DE CAIXA OU EQUIVALENTE</b>		<u>109.839.982,26</u>	<u>101.953.502,20</u>

IVONE MARIA DA SILVA  
Presidenta

MARIA ROSANI G. A. HASHIZUMI  
Secretária de Finanças

CLAUDIO TEIXEIRA JUNIOR  
Contador - CRCSP 250776/O-4



# DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em reais)

Movimentações	NE	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Superávit Acumulado	Total
<b>Saldos em 31/12/2020</b>		<b>49.551.819,29</b>	<b>12.502.482,82</b>	<b>11.733.072,40</b>	<b>73.787.374,51</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores:					
Retificação de Depreciações/Apropriações	3.n			(144.057,33)	(144.057,33)
Superávit Líquido do Exercício 2021				2.719.304,47	2.719.304,47
<b>Saldos em 31/12/2021</b>		<b>49.551.819,29</b>	<b>12.502.482,82</b>	<b>14.308.319,54</b>	<b>76.362.621,65</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores:					
Retificação de Depreciações/Apropriações	3.n			(110.896,11)	(110.896,11)
Superávit Líquido do Exercício 2022				9.701.113,44	9.701.113,44
<b>Saldos em 31/12/2022</b>		<b>49.551.819,29</b>	<b>12.502.482,82</b>	<b>23.898.536,87</b>	<b>85.952.838,98</b>

IVONE MARIA DA SILVA  
Presidenta

MARIA ROSANI G. A. HASHIZUMI  
Secretária de Finanças

CLAUDIO TEIXEIRA JUNIOR  
Contador - CRCSP 250776/O-4

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 1. Atividade Operacional

Entidade de classe que prima pela ética, pela idoneidade, por prestígio e por credibilidade junto à categoria bancária. Tem como missão “visar melhorias nas condições de vida e de trabalho de seus representados, defenderem a independência e autonomia da representação sindical e atuar na manutenção e na defesa das instituições democráticas brasileiras”.

O seu patrimônio é constituído das contribuições devidas pelos que participam da categoria bancária - das mensalidades dos associados e contribuições acordadas em negociação coletiva; dos bens e direitos adquiridos e respectivamente das rendas produzidas por eles; das doações e dos legados; das multas e de outras rendas eventuais.

### 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as Normas e Legislações específicas às Entidades sem fins lucrativos emanadas do Conselho Federal de Contabilidade através de sua Resolução CFC N.º 1.409/12, que aprovou no ano de 2012 a Interpretação Técnica Geral ITG 2002 – Entidades sem fins lucrativos, alterada e consolidada em 21.08.2015 com a ITG 2002 (R1).



Além das normas do Conselho, também são seguidos preceitos da Constituição Federal, CLT e Normas Estatutárias. E quando possível fundamentada na Lei 6.404/76 das Sociedades Anônimas aplicáveis às demais sociedades, ainda alterada, no seu artigo 176, pela Lei 11.638/07 que renovou e introduziu novos dispositivos como a substituição da DOAR-Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos pela DFC-Demonstração de Fluxo de Caixa.

Para melhor entendimento, discorreremos nessa apresentação com as notas explicativas das demonstrações e informações adicionais através de quadros e tabelas.

### 3. Principais Práticas Contábeis

**a) Apuração do Resultado:** as receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência do exercício, ou seja, são contabilizadas no momento em que ocorrem independentemente do recebimento ou pagamento. Depois de feita essa apuração chega-se ao resultado, que neste ano manteve-se positivo (superávit).

**b) Aplicação Liquidez Imediata:** são aplicações financeiras que em suas maiores partes estão nos bancos: Santander, Bradesco e Caixa Econômica Federal, as quais estão demonstradas ao custo acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço. São representadas por aplicações com resgates automáticos.

<b>Agente Financeiro</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Banco Santander S.A.	54.395.741,38	47.865.661,93
Banco Bradesco S.A.	52.808.212,19	50.697.280,53
Caixa Econômica Federal	1.545.669,28	2.463.096,73
Outros	978.408,85	771.647,53
<b>Total</b>	<b>109.728.031,70</b>	<b>101.797.686,72</b>

**c) Clientes/Operações Cartões a Receber:** correspondem a recebimentos na tesouraria via cartões de débito e crédito, de venda de ingressos de cinema ou de cursos para os bancários, com prazos de vencimento entre janeiro e março de 2023. O saldo das perdas para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 2.448.229,21. É referente às duplicatas em aberto relativas à prestação de serviços gráficos, impressão de periódicos como jornais, livros e revistas no departamento gráfico de anos



anteriores, no qual o Sindicato continua nas tratativas de cobrança.

### ***Cientes/Operações c/ Cartões a Receber***

Saldos vincendos em 31/12/2022	Vencimentos		
	30 dias	60 dias	90 dias
24.790,52	14.874,31	7.437,16	2.479,05

**d) Outros créditos:** estão representados por aplicações financeiras temporárias e vinculadas à garantia de créditos a terceiros, adiantamentos a funcionários, a terceiros, a dirigentes sindicais afastados sem remuneração com processo de reintegração, contribuições assistenciais e aluguéis a receber. Houve um aumento de 21,41% no saldo em relação ao exercício de 2021, principalmente por conta da valorização das aplicações temporárias junto aos bancos Bradesco e CEF, com vencimentos em médio prazo e menor liquidez.

<b><i>Outros Créditos</i></b>	<b><i>2022</i></b>	<b><i>2021</i></b>
Bancos Contas Vinculadas / Aplicações Temporárias	20.954.138,19	17.459.680,62
Créditos de Funcionários	433.886,09	372.439,64
Contribuições a Receber	282,93	0,00
Adiantamentos, Aluguéis e Contribuições a Receber	960.268,68	575.039,56
<b>Total</b>	<b>22.348.575,89</b>	<b>18.407.159,82</b>

**e) Despesas pagas antecipadamente:** correspondem às modalidades de despesas apropriadas de acordo com o regime de competência, tais como prêmios de seguros dos imóveis, equipamentos e veículos; assinaturas de jornais, revistas, boletins e acesso de portal de gateway (portal de acesso à internet x rede de pagamentos); vales transporte, alimentação e refeição dos empregados; e garantia estendida de equipamentos de informática.

**f) Realizável a longo prazo:** corresponde a depósitos recursais de ações judiciais, fiscais e aplicações financeiras acima de 365 dias. São apresentados pelo valor nominal, incluídos, quando aplicáveis os rendimentos auferidos até





a data do balanço. Houve aumento de 19,62% em relação às aplicações financeiras junto aos bancos Bradesco e CEF, de modalidade específica de longo prazo.

<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Depósitos Recursais	1.718.802,40	1.709.910,01
Ações de Bancários / Interditos	457.820,27	457.820,27
Aplicações Financeiras – LP	31.194.532,35	25.730.405,41
<b>Total</b>	<b>33.371.155,02</b>	<b>27.898.135,69</b>

**g) Investimentos:** corresponde a imóveis não destinados ao uso, registrados ao custo de aquisição e reavaliados no ano de 1999; quotas de participação no capital da Bancredi – Cooperativa de Crédito dos Bancários, e ações no valor de R\$ 5.000,00 na participação no capital da Editora Gráfica Atitude, sendo o Sindicato, um dos seus mantenedores, pelo investimento em comunicação.

O saldo do capital da Bancredi teve uma redução no valor de R\$ 79.450,69, por desvalorização dos juros s/ capital, no qual foi contabilizada essa perda contra resultado de exercícios anteriores. Cabe salientar que não é foco dessa Entidade o fim especulativo financeiro e por isso esses investimentos representam apenas 0,34% do seu Ativo Total.

**h) Imobilizado:** os bens imóveis, máquinas e equipamentos gráficos e veículos, estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos de reavaliação espontânea em 31/12/99, e assegurados nas modalidades: Civil, Roubo e Incêndio, em quantia equivalente ao mercado em caso de eventual sinistro. Os demais itens que compõem o imobilizado estão contabilizados pelo custo original. Os gastos com manutenção e reparos são registrados em contas de despesas quando incorridos.

No ano de 2022 foram substituídos 05 veículos da frota do ano de 2018 por aquisição de 05 veículos 0 km. A direção continua adotando como medida de substituição dos mais antigos por aquisições novas, evitando maiores de gastos de manutenção e depreciação.

Houve aquisições de móveis e utensílios, equipamentos de informática, comunicação e segurança no montante de R\$ 163.384,96. E ainda direito de uso de softwares (renovações de



licenças de antivírus, contas de e-mails e outros) no valor de R\$ 152.864,04.

Foram baixados por venda 05 veículos da frota do ano de 2018, fazendo parte da renovação já citada, no montante de R\$ 185.903,10. E 06 equipamentos de informática (notebooks) no valor total de R\$ 32.122,74 de uso de funcionários por sinistro em trânsito/home office. Valor posteriormente indenizado pelo prêmio do seguro a valor de mercado.

Ainda foram baixados por obsolescência 1.649 itens (100% depreciados) sendo móveis e utensílios, equipamentos de informática, comunicação, instalações e segurança, adquiridos entre os anos de 1970 e 2016, conforme laudo de reorganização patrimonial efetuado pela empresa contratada Setape Engenharia de Avaliações Ltda – CNPJ 44.157.543/0001-92, no qual coletaram os dados dos bens in loco entre o período de 11/02/2021 e 28/06/2021, e finalizado o laudo em 31/05/2022. Todos os itens baixados pelo valor histórico da aquisição.

A depreciação é calculada linearmente e apropriada somente sobre os bens móveis – no caso de algumas máquinas e equipamentos gráficos, a taxa variável, é conforme a vida útil do bem determinado pelo laudo técnico reavaliado desde anos anteriores; os veículos à taxa de 20% ao ano e, os demais bens móveis são depreciados normalmente.

<b>Imobilizado</b>	<b>Depreciação do exercício</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Terrenos	0,00	7.224.029,00	7.224.029,00
Construção e Edifícios	0,00	11.131.562,80	11.094.842,80
Máquinas e Equipamentos Gráficos	542,67	7.298.488,97	7.298.488,97
Veículos	209.214,89	1.249.671,78	1.010.719,88
Móveis e Utensílios	25.445,62	1.410.485,69	1.960.114,94
Equipos. Comunicação, Segurança e Informática	260.589,97	2.487.274,38	3.884.846,88
Instalações	26.917,79	1.550.809,99	2.029.424,72
Depreciação Acumul. Máq.Eqptos, Veíc, Móveis e Instalações	-	-11.388.305,55	-12.991.826,69
<b>Total</b>	<b>522.710,94</b>	<b>20.964.017,06</b>	<b>21.510.640,50</b>



**i) Intangível:** consiste nos direitos de uso de software e marcas e patentes registrados pelo custo de aquisição, com a classificação contábil de acordo com determinação da Lei 11.638/07. Houve baixas por expiração de licenças de softwares adquiridas entre o período de 30/12/1998 e 31/12/2021 no montante de R\$ 1.526.369,79, através de levantamento efetuado pelo departamento de Tecnologia da entidade, fazendo parte da reestruturação dos sistemas e armazenamento de dados suportados por servidores físicos e em nuvem (cloud).

<b>Intangível</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Direito de Uso Software	515.375,56	1.889.159,31
Marcas e Patentes	39.422,07	39.422,07
<b>Total</b>	<b>554.797,63</b>	<b>1.928.581,38</b>

**j) Passivo Circulante:** corresponde a fornecedores de bens e serviços, administração de processos, encargos sociais, impostos e taxas a recolher, contas a pagar, contingências fiscais, judiciais, férias e encargos a pagar e outras obrigações. São demonstrados por valores nominais, exigíveis nos próximos doze meses e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

**k) Passivo Não Circulante:** corresponde a cauções recebidas, administração de processos e provisão para contingências fiscais e judiciais. São demonstradas por valores nominais, exigíveis nos exercícios seguintes e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Foi majorado o saldo das contingências para cobrir possíveis e prováveis custos com ações trabalhistas, acordos extrajudiciais e execuções fiscais municipais, estaduais e/ou federais, se utilizando de parte do resultado positivo superavitário do ano de 2022.

Segue abaixo a composição do Passivo Circulante e do Não Circulante:



<b>Composição de Outras Contas e Obrigações a Pagar</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Repasse de Contribuições e Rescisões	261.650,60	13.013,62
Créditos a Restituir e não Reclamados	789.650,70	744.630,05
Honorários, Ocupação, Utilidades e Serviços e Outras Despesas a Pagar	2.606.946,99	2.371.838,93
Fornecedores	1.039.340,29	711.013,11
Impostos e Taxas a Recolher	228.086,89	262.456,87
Encargos Sociais a Recolher	370.902,66	364.801,99
Férias e Encargos a Pagar	1.626.236,16	1.662.467,08
Contingências Fiscais, Judiciais – Outras	14.733.059,03	13.971.299,84
Cauções Recebidas (parcerização) – Longo Prazo	22.454,57	20.013,39
Provisão p/ Contingências Fiscais e Judiciais – Longo Prazo	18.707.870,48	15.407.870,48
<b>Total</b>	<b>40.386.198,37</b>	<b>35.529.405,36</b>

Ainda inserido no passivo, segue tabela referente à administração dos processos intermediados pelo Sindicato, que são movidos pelos bancários contra as instituições financeiras. Destaca-se que até 2021 os pagamentos eram feitos pela entidade e a partir do segundo semestre de 2022 estão sendo pagos diretamente pelo escritório jurídico parceiro conveniado e devidamente autorizado pelos reclamantes das ações, justificando a redução dos valores de ingressos e respectivamente de pagamentos diretos

<b>Administração de Processo</b>		
<b>RTC e RTI</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Saldo 31/12	62.139.417,94	61.048.673,89
Saldo inicial	61.048.673,89	62.728.321,39
Ingressos	2.352.281,72	70.124.761,92
Pagamentos	-1.261.537,67	(71.804.409,42)
<b>RTC e RTI = reclamação trabalhista coletiva e individual.</b>		

**I) Endividamento:** o total do endividamento é 100% em moeda nacional e está composto basicamente de compromissos assumidos oriundos de suas operações cotidianas, e de créditos a favor dos bancários, conforme já foram citados no item anterior. Segue abaixo a segregação da dívida em curto e longo prazo, e o resultado do endividamento líquido



- Dívida de curto prazo: representa 31,98% da dívida total de 2022 (2021 – R\$ 30,140 milhões 31,21%), constituindo-se de fornecedores e administração de processos relativos a créditos de ações coletivas de bancários contra os bancos cujo comportamento mensurável é de realização no próximo exercício. Além de conter obrigações fiscais, encargos sociais, contingências fiscais, judiciais e outras contas a pagar sem destaques por se tornarem irrelevantes perante o volume das ações.
- Dívida de longo prazo: representa 68,02% da dívida total de 2022 (2021 – R\$ 66,438 milhões, 68,79%) composta de cauções recebidas, administração de processos que representa créditos de ações coletivas de bancários contra os bancos cujo comportamento é de longo prazo e provisões para cobrir contingências de ações fiscais e judiciais.
- Endividamento Líquido: o endividamento bruto foi de R\$ 102,526 milhões, tendo um aumento de 6,16% em relação a 2021 (R\$ 96,578 milhões). Porém o endividamento líquido está negativo -R\$ 7,314 milhões. Isso se deve porque o saldo de caixa e aplicações teve um aumento de suas disponibilidades de 7,74% em relação a 2021. Gerando uma reserva financeira para a quitação das dívidas ordinárias e garantia de manutenção do restante do patrimônio.

<b>Endividamento</b>				
Descrição	31/dez/2022		31/dez/2021	
	Moeda Local	Total	Moeda Local	Total
Curto Prazo	32.785	32.785	30.140	30.140
Longo Prazo	69.740	69.740	66.438	66.438
Endividamento Bruto	102.526	102.526	96.578	96.578
Caixa e Aplicações	109.840	109.840	101.954	101.954
<b>Endividamento Líquido</b>	<b>(7.314)</b>	<b>(7.314)</b>	<b>(5.375)</b>	<b>(5.375)</b>

**m) O Patrimônio Líquido é composto de:**

- Patrimônio social: R\$ 49,551 milhões – mantido o mesmo valor que 2021. Houve oscilação apenas em 2019, por conta das transferências dos superávits de exercícios anteriores (2015-2018), conforme previsto em assembleia geral ordinária das demonstrações contábeis aprovadas em junho/2014.



- Reserva de reavaliação: R\$12,502 milhões - a reavaliação espontânea foi efetuada no ano de 1999 dos Imóveis e Maquinários da entidade. O saldo remanescente refere-se apenas à reavaliação dos Imóveis e Terrenos.

No ano de 2020 foi feita a realização no valor de R\$ 1.145.276,62 referente à alienação do terreno e do imóvel sito a Rua São Bento, 405 – 7º and. – Edifício Martinelli – São Paulo – SP, por conta do levantamento da ação municipal de desapropriação por desistência do recurso – crédito em out/2020.

- Superávit Acumulado: R\$ 23,898 milhões, sendo o acúmulo dos superávits dos exercícios anteriores de 2019 a 2021, menos ajustes; acrescido de R\$ 1,145 milhões da realização de reservas referente à alienação de bem imóvel já citada acima. E por fim, do superávit do exercício de 2022, no valor de R\$ 9,701 milhões.

**n) Ajuste de exercícios anteriores:** os ajustes ocorridos em 2021 e 2022 são referentes à baixa/desvalorização dos juros de anos anteriores s/ capital investido na Bancredi; baixa de depreciação acumulada de 04 equipamentos vendidos que não tinham sido depreciados desde a sua aquisição; estornos de provisão de encargos e impostos retidos a recolher em duplicidade; e receitas e descontos obtidos apropriados indevidamente que ora se regularizaram.

#### **4. EVENTOS SUBSEQUENTES**

A administração da entidade avaliou os eventos ocorridos após a data de encerramento do exercício, até a data de emissão destas demonstrações financeiras e contábeis, que terão impacto significativo nas informações apresentadas.

A entidade considerou os seguintes eventos subsequentes relevantes para a avaliação dos usuários das demonstrações financeiras:

- **Editora Gráfica Atitude:** em 11/05/23 foi registrado o distrato da editora com os mantenedores Sindicato dos Bancários de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC sob registro na Junta Comercial de São Paulo JUCESP.

O encerramento das atividades foi em 27/03/23. E em 18/05/23 foram efetivadas as baixas junto aos órgãos municipal, estadual e federal.



- **Venda de Imóvel:** foi realizada a venda do imóvel sito a Avenida Belmira Marin nº 45, Distrito de Parelheiros, Município e Comarca de São Paulo (SP) em 30/04/23, conforme escritura registrada no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas de Pirapora do Bom Jesus (SP).  
A venda foi aprovada pelos associados em assembleia realizada no dia 21/03/2023, sob o registro nº 190.386 no 06º Ofício de Registro e Títulos e Documentos PJ de São Paulo.

São Paulo, junho de 2023

*IVONE MARIA  
DA SILVA*  
Presidenta

*MARIA ROSANI G.A.  
HASHIZUMI*  
Secretária de Finanças

*CLAUDIO  
TEIXEIRA JUNIOR*  
Contador CRC 1SP 250776/O-4

O Relatório da Diretoria e as Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal, em uso da atribuição que lhe confere os artigos 47 a 49 do Estatuto da Entidade e de acordo com o art. 551, parágrafo 8º da CLT, analisou as peças constantes das demonstrações contábeis de que trata dos balanços Patrimonial e Financeiro do exercício de 2022 e, considerando as informações e esclarecimento prestado pela secretaria de finanças é de parecer que as mencionadas demonstrações refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da entidade, assim DELIBERA:

1. Aprovar os balanços PATRIMONIAL E FINANCEIRO DE 2022.
2. Submetê-los à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, convocada para este fim em 29 de junho de 2023, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 82 do Estatuto da entidade.

**São Paulo, 19 de junho de 2023**

*Antonio Alves de Souza  
Cassio Toshiaki Murakami  
Maikon Nunes Azzi  
Marcelo Peixoto de Araújo  
Marcelo Pereira de Sá*



EDITAL

## ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DO RAMO FINANCEIRO DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO, atual denominação de Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.651.675/0001-95, registrado do 6º Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Capital do Estado São Paulo, detentor da Carta Sindical nº DNT 5262, com sede nesta Capital, Rua São Bento, nº 413, Subsolo, Térreo, Sobreloja, 1º e 2º andares, por sua Presidenta abaixo assinado, convoca todos os associados, em pleno gozo dos seus direitos estatutários, na base territorial deste sindicato (São Paulo, Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, São Lourenço da Serra, Santana do Parnaíba, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista), para participarem da assembleia ordinária que se realizará de forma remota/virtual no período das 19h às 21h, do dia 29 de junho de 2023, por meio do link <https://assembleia.spbancarios.com.br>, onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para a deliberação acerca da seguinte ordem do dia: Votação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2022. Ressalta-se que para garantir a publicidade e lisura da votação, as Demonstrações Contábeis ficarão disponíveis para consulta desde o dia 26 de junho de 2023 na Folha Bancária – portal <https://spbancarios.com.br/>. Por final, ressaltamos que a assembleia, ora convocada, será realizada de forma remota/virtual, nos termos do Estatuto da entidade e da Lei 14.309/22.

São Paulo, 22 de junho de 2023

**IVONE MARIA DA SILVA**

Presidenta







# Invista em quem te protege



**ASSOCIE-SE**

**[bit.ly/socio-spbancarios](https://bit.ly/socio-spbancarios)**